

Diário do Legislativo de 14/09/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 84ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Solenidade Realizada na 83ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Realização de Homenagem às Vítimas de Atentados Terroristas

1.3 - Reunião de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/9/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questão de ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Maria Lúcia Mendonça, 2ª- Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, fiz um questionamento sobre a inexistência de quórum, e ainda não obtive resposta.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado que, quando V. Exa. solicitou a palavra pela primeira vez, não a concedemos porque a Deputada Maria Lúcia Mendonça estava com a palavra para proceder à leitura da ata. Agora, após a aprovação da ata, V. Exa. tem todo o direito de pedir a palavra.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Durante a discussão, fiz uma questão de ordem porque não havia quórum e não obtive a resposta de V. Exa. Sendo assim, a declaração de aprovação da ata foi anti-regimental, porque a questão de ordem não foi resolvida. Se V. Exa. tivesse resolvido a minha questão de ordem e determinado a existência de quórum, ao contrário do que todos observamos, nesse caso, pediria a palavra para discutir a ata.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado que procedeu à abertura da reunião, por estarem presentes 28 Deputados, e esclarece que a ata não é submetida a votação. Como não houve quem sobre ela se manifestasse, a Presidência deu-a por aprovada. A Presidência iria encerrar a reunião, tendo em vista que, neste momento, está acontecendo o velório do ex-Deputado Jesus Trindade, no Salão Nobre desta Casa, e informa a V. Exa. que vai acatar sua questão de ordem.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/9/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Célio Moreira - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Hudson Zanone Martins de Brito - Apresentação musical - Rito em homenagem à paz - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Sebastião Braga.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Hudson Zanone Martins de Brito, Coordenador da Amisrael em Belo Horizonte; Adalberto Soares Alves, Governador do Lions Clube 4; Sebastião Braga, Diretor Internacional do Lions Clube; e Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Exmo. Sr. Marcos Duarte, Vice-Governador do Distrito Lions Clube 4.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência registra a presença do Deputado Federal por Pernambuco Bruno Cavalcânti de Araújo, que se faz presente para nossa alegria. Nossos aplausos, e que V. Exa. tenha uma boa estada em Minas Gerais.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a realização de homenagem às vítimas de atentados terroristas.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Hudson Zanone Martins de Brito, Coordenador da Amisrael em Belo Horizonte; Adalberto Soares Alves, Governador do Lions Clube 4; Sebastião Braga, Diretor Internacional do Lions Clube; Deputadas; Deputados; autoridades presentes; convidados; funcionários da Casa; telespectadores da TV Assembléia.

Esse 11 de setembro é uma data triste, uma página sombria na história da humanidade, não apenas porque soterrou sobre os escombros de duas torres milhares de vidas humanas, mas porque explicitou a face de um mundo em risco iminente, onde se busca manter a paz pela força.

O que nos reúne nesta Casa hoje, neste momento, é o sentimento de pesar, de solidariedade aos milhões de irmãos e irmãs em todo o mundo, que, vitimados pelo extremismo, pela ignorância e pela ganância, tiveram suas vidas ceifadas prematuramente.

Não nos basta, contudo, cultivar na memória aquela triste manhã de setembro. É preciso que trabalheemos pela exclusão de possíveis cenas como aquelas e tantas outras que, com menos destaque, massacram irmãos e irmãs nossos em todo o mundo.

Este ato, que se realiza simultaneamente em todo o Brasil e em 23 países do mundo, pode parecer uma gota d'água lançada no oceano, mas é parte de nossa contribuição para tornarmos esse mundo mais humano. Se um atentado terrorista nasce da vontade individual, atinge o coletivo e se torna realidade, então por que não haveremos de acreditar que essa mesma trajetória pode conduzir o mundo à tão desejada paz?

Ao longo dos séculos o homem produziu tragédias inesquecíveis como a bomba atômica sobre Hiroshima, o holocausto, o "apartheid" e tantas outras. Mas hoje vivemos uma realidade preocupante, porque o terrorismo está em curso. As nações assistem perplexas a ataques terroristas

com carros-bomba, homens-bomba, chacinas, torturas, assassinatos em série, ataques com armas biológicas, explosões provocadas em locais de grande aglomeração, ameaças veladas de ataques nucleares e de sabotagens cibernéticas. São, enfim, atos de violência de toda ordem, física e psicológica, em nome de causas religiosas, étnicas, políticas e sociais.

No rol das armas geradoras de violência, está também a droga, que transformou este país em campo de guerra, em estado de guerrilha urbana, que vítima jovens e crianças todos os dias. A maioria de vocês deve ter assistido ontem, nos noticiários, a um vagão de trem ser metralhado em uma favela do Rio de Janeiro, transportando dois Ministros e um Secretário de Governo. Infelizmente, o governo federal reduziu recursos até mesmo para o combate à violência no País, cujo caminho da paz pode ser traçado com melhor educação e geração de empregos.

Assim como os terroristas acreditam no seu ideal, na nobreza de suas idéias e na justeza de suas condutas violentas, os pequenos traficantes também, os chamados "aviõezinhos", instrumentos de manobras nas mãos dos grandes traficantes, acreditam que sua conduta é justificada pela causa da sobrevivência.

Não podemos nos acostumar à tragédia, à dor, à miséria em que a humanidade se afunda. Precisamos enfrentar tudo isso individualmente, ensinando, promovendo e plantando a paz. Temos de acreditar no sonho de viver em um mundo de respeito à natureza, de amor real a si mesmo e ao próximo.

Não raro escutamos notícias como: "Suicida faz explodir ônibus em Telavive", "Trem vai pelos ares em Paris", "Carro-bomba mata perto de Argel", "Vírus de Antraz espalhados pelas ruas de Tóquio", "No Peru uma mina explode sob um caminhão", "Na Colômbia um ataque a dinamite".

O contágio é universal. Suíça, Albânia, Inglaterra, Paquistão, Áustria, Etiópia, Espanha, Sri Lanka, Israel. Nenhuma parte do planeta está imune a atentados terroristas, em grande parte alimentados pela opressão das potências e subsidiados pelo comércio de armas.

A capacidade do homem em sua criatividade infelizmente tende mais para o mal do que pela busca de sua felicidade. Todas as formas de ódio alimentadas por gerações e gerações ajudam a manter o terrorismo atuante, seja ele político, seja religioso, seja étnico. Apenas para ilustrar, podemos citar alguns casos que abalaram o mundo: em 1986, um terrorista árabe fez explodir um Boeing em que viajava, matando 166 pessoas; em 1988, uma bomba explodiu em um avião sobre uma cidade escocesa, matando 270 pessoas; nos Estados Unidos, em 1994, a Ku Klux Klan, uma das 17 mil organizações racistas atuantes no país, cometeu 18 assassinatos, 146 agressões, 228 atos de vandalismo e provocou 12 incêndios; em março de 1995, uma seita apocalíptica japonesa cometeu um atentado com gás venenoso no metrô de Tóquio, matando 12 pessoas e intoxicando cerca de 5 mil.

Em abril de 1997, num massacre de 31 civis na Argélia, 3 mulheres grávidas tiveram o ventre aberto e os fetos arrancados; em novembro de 1997, um ataque islâmico a um grupo de turistas no Egito deixou 57 mortos - os terroristas dançavam entre os cadáveres gritando "Alá! Alá!" -; no dia 11/9/2001, o mundo assistiu estupefocado ao atentado às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque - mais de 2.700 pessoas morreram; e no dia 22/7/2006, o brasileiro Jean Charles de Menezes foi assassinado por policiais britânicos, que o confundiram com um terrorista.

Esses são apenas alguns exemplos das tantas ações terroristas que marcaram os séculos XX e XXI. Porém, se de um lado o terrorismo cresce, de outro os movimentos pela paz se fazem ouvir. Associações, organizações não governamentais, ONGs, ações internacionais, comitês e entidades unem-se pela paz.

Amisrael, O Mensageiro da Paz, é uma organização não governamental, que quero aqui citar, uma ONG, com atuação internacional em prol da paz entre os povos e nações. Ela foi criada em junho de 2005, e seu idealizador e fundador foi o Dr. William Soto Santiago. É uma associação civil, de direito privado, de caráter sociocultural educacional, sem fins lucrativos. Com sede administrativa em Brasília, congrega pessoas de todos os países, raças, religiões e credos que se identificam com os ideais da Amisrael, disposta a repudiar o terrorismo e a promover incondicionalmente a paz.

A administração da entidade é exercida pelo seu Diretor Internacional, Dr. William Soto Santiago, encarregado de representá-la em todos os eventos e perante todas as esferas governamentais e institucionais, podendo delegar essa função a quaisquer de seus Diretores ou delegados.

A instituição não possui vínculo com nenhuma religião ou ideologia política. Por meio de suas delegações e voluntários, organiza e promove eventos e projetos de cunho pacífico nos diferentes países da América, Europa, Ásia, África e Oriente Médio. Atua como catalisadora para dissolução de problemas que sirvam de obstáculos para a paz, sejam diplomáticos, sejam comerciais, sejam culturais, sejam sociais. Para isso, também trabalha em parceria com outras instituições, organismos de todas as esferas governamentais e outras ONGs na organização e na promoção de eventos e projetos, com o objetivo de aumentar a abrangência e potencializar os resultados obtidos. Os valores fundamentais da Amisrael são amor, verdade, justiça, tolerância, respeito, solidariedade e paz.

A Amisrael, aqui em Belo Horizonte, é coordenada pelo nosso amigo Hudson Zanone Martins de Brito. Com muita honra o recebemos no nosso gabinete e propusemos fazer uma reflexão neste dia de hoje.

E o que essas pessoas, às quais nos juntamos, buscam é a reconstrução de um mundo melhor. Nossa luta é pelo incentivo à solidariedade, ao amor e principalmente à tolerância com os desiguais. Nosso desejo é o de que este país, tão abençoado por sua natureza, na qualidade de seu povo, seja também exemplo da paz. A dor de nossas mães não é diferente. E que a paz esteja em todos nós.

Quero encerrar esta fala citando versos do compositor e cantor Renato Teixeira: "É preciso amor pra poder pulsar / é preciso paz pra poder sorrir / é preciso chuva para florir. / Todo mundo ama um dia / todo mundo chora / um dia a gente chega / no outro vai embora. / Cada um de nós compõe a sua história. / Cada ser em si carrega o dom de ser capaz / e ser feliz".

Agradeço a presença de todos vocês e meus cumprimentos àqueles que nos acompanham pela TV Assembléia. Hoje a TV Assembléia transmite para mais de 200 cidades. Ela está transmitindo ao vivo, levando para as famílias dessas residências esse incentivo de promover a paz, o amor ao próximo. Que Deus nos abençoe, e que todas as vezes que nos aproximarmos de qualquer pessoa ela possa, verdadeiramente, sentir a presença de Deus na nossa pessoa; que transmitamos paz, amor e carinho. Vamos produzir mais alimentos, menos armas, vamos produzir mais amor. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo sobre as vítimas de atentados terroristas.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Sr. Hudson Zanone Martins de Brito

Exmo. Sr. 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Exmo. Sr. Deputado Célio Moreira; Sr. Sebastião Braga, Diretor Internacional do Lions Clube; Sr. Adalberto Soares Alves, Governador do Lions Clube 4; senhoras e senhores, boa tarde.

Hoje, 11/9/2007, é um dia para se lembrar. Há exatos seis anos, também numa terça-feira, acontecia uma das maiores tragédias do mundo, o atentado às torres do World Trade Center em Nova York, Estados Unidos, que matou cerca de 3 mil pessoas, ferindo outras tantas e marcando a vida de milhões de seres humanos, entre parentes e amigos das vítimas, moradores da região e cidadãos do mundo inteiro, que assistiram chocados àquela barbárie pela televisão.

Hoje é dia de trazer à tona lembranças de um 11 de setembro para que possamos prestar homenagens póstumas às milhares de pessoas que naquela manhã tiveram suas vidas tomadas pela violenta ação de homens suicidas e assassinos que, após seqüestrarem dois aviões, lançaram-nos contra as torres gêmeas, espalhando o terror pela terra. Eles não escolheram quem matar. Ali havia pessoas de 60 nacionalidades, de diversas raças, crenças, idades e posições sociais, indivíduos que não imaginavam que o fim para eles chegaria por meio de um atentado. Os terroristas simplesmente tinham o alvo e o desejo de impactar o mundo, na tentativa de provar que atos como esse intimidam nações e as levam a seguir ideologias ou credos seguidos por eles.

A Amisrael, O Mensageiro da Paz, uma jovem instituição não governamental, idealizada e fundada pelo Dr. William Soto Santiago, surgiu justamente com o objetivo de trabalhar contra atitudes como essa. Por meio da implantação e manutenção da paz, ao inserir uma cultura pacífica e de não-violência na cultura de cada país e de cada povo, luta, dia após dia, pelos valores que julga fundamentais para a boa convivência: amor, verdade, justiça, tolerância, respeito, solidariedade e paz. Neste dia, por meio dos Agentes da Paz, voluntários atuantes em cinco continentes, mostra, consternada, o seu repúdio por ações terroristas, guerras, assassinatos e qualquer outro tipo de violência contra o indivíduo e a humanidade.

Assim, os Agentes da Paz fazem aqui sua homenagem às tantas vítimas de atentados e conflitos ocorridos pelo mundo, rememorando o evento trágico no World Trade Center. Sabemos que isso não trará de volta as pessoas que ali desapareceram, mas, ao reconhecermos que um ato como esse pode ser evitado, se juntos todos lutarmos por um mundo pacífico, respeitando o direito do outro em seus valores, crenças e culturas, teremos a segurança e a tranquilidade de viver e de ter a quem amamos nas mesmas condições. Isso porque, vivendo coletivamente, cada um deve aprender a ver o próximo como parte de si, entender que a diferença existe não por um ser melhor que outro, mas porque a diversidade se completa e é efetiva a partir do momento em que se convive pacificamente. Parece utópico, é verdade, mas todo sonho é possível; e, desde que tenhamos homens conscientes da responsabilidade individual de exercer a paz no meio em que vivem, o desejo de ter um lugar melhor para se viver poderá tornar-se realidade.

É o que a Amisrael deseja, com todo o coração. Que um dia a humanidade possa dizer: vivemos em paz!. Obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o toque do "shofar", por Ricardo Stengel, Diretor da Congregação Israelita Mineira.

O Sr. Ricardo Stengel - O som do "shofar" evoca uma espécie de sentimento de profundo pesar pelas más ações cometidas no passado. Deus perdoa o passado ao se tomarem boas decisões para o futuro. Essa é a mensagem final do "shofar", a do perdão divino.

São três toques diferentes: "tekiá", um som contínuo, como um longo suspiro; "shevarim", três sons interrompidos, como soluços; e "teruah", nove sons bem curtos, como suspiros entrecortados em prantos.

O som de "shofar" é um toque longo, chamado "tekiá guedolá", ou grande toque. Esse som não representa solução, suspiro ou lamento, mas um grito de triunfo e alegria, por se estar confiante de que Deus aceitou o arrependimento.

"Baruch ata Adonai, Elohênu mélech haolam, asher Kideshánu bemitsvotáv, vetsivánu lishmôa cól shofar."

"Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo, que nos santificaste com Teus mandamentos e nos ordenaste ouvir a voz do 'shofar'."

- Procede-se à apresentação musical.

Rito em Homenagem à Paz

O locutor - Convidamos os presentes a fazer 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas de atentados terroristas.

- Procede-se à homenagem.

O locutor - A Amisrael convida as autoridades e o público presente a se juntarem ao Deputado Célio Moreira e aos demais membros da Mesa, numa homenagem à paz e às vítimas de atentados terroristas em diversas nações, a depositarem as rosas ao lado da tela Paz no Mundo, do artista Sival Fonseca.

- Procede-se ao depósito de flores.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Deputado Célio Moreira, que, num momento de grande lucidez, redigiu e apresentou o requerimento, aprovado por unanimidade, que deu origem a esta solenidade; Sr. Hudson Zanone Martins de Brito, Coordenador da Amisrael em Belo Horizonte, na pessoa de quem cumprimento todos os demais componentes dessa instituição; companheiros Leão Adalberto Soares Alves, nosso ilustre Governador do Lyons, LC 4, e Sebastião Braga, nas pessoas de quem, também, cumprimento os demais companheiros leões e as domadoras aqui presentes; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, telespectadores que nos vêem pela TV Assembléia, público das galerias, funcionários da Casa, neste dia, lembramos o sexto aniversário do trágico acontecimento ocorrido em 11/9/2001, uma das mais cruéis ações terroristas de toda a história. Além do ataque ao Pentágono, em Washington, eram postas abaixo as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, um dos maiores símbolos da grandeza norte-americana. Desde então, todos nós sofremos, de alguma forma, as conseqüências do ato reivindicado pela organização Al-Qaeda. As guerras no Iraque e no Afeganistão, a prisão de Guantânamo e a insegurança dos viajantes na maior parte dos

aeroportos do mundo tornaram o planeta por inteiro refém de uma sensação partilhada de insegurança. Cerca de 3 mil vítimas fatais construíram um trauma ainda presente, sobretudo em Nova Iorque, presenciado não só pelos familiares dos mortos como por todos os que, perplexos, viram, praticamente ao vivo, a tragédia ocupar as telas dos aparelhos de televisão. Reviver essa data, ainda que aos solavancos a vida avance, faz ressoar as mesmas e dolorosas lembranças. As obras no local da tragédia não só mudarão a paisagem da cidade norte-americana como, depois de prontas, amenizarão finalmente o teor dessas recordações. Contudo, não apagarão jamais os sentimentos de tristeza, de luto e a agonia pessoal das testemunhas, inocentemente atingidas por um desumano ato ideológico.

O terrorismo deve ser repudiado pela ameaça à própria democracia participativa e ao sistema legislativo que a garante e do qual, honrosamente, fazemos parte. O espectro do terrorismo mundial assombra nosso presente e também nosso futuro, quando a guerra das imagens e dos discursos avança em todos os sentidos, criando medo e desestabilizando a crença nas relações harmônicas e pacíficas no seio da humanidade. O terrorismo de fundo religioso e fundamentalista desconhece a grande experiência moderna da democracia, sem dúvida a maior conquista da modernidade e do iluminismo.

Seis anos passados depois daquele dia de horror, vale ressaltar o aspecto heróico e solidário dos bombeiros e policiais empenhados no resgate das vítimas e que ajudaram, com risco da própria vida, na saída das pessoas que trabalhavam nas torres. O século XXI, dramaticamente iniciado com esse fato, marca-se pela conturbação das relações mundiais, criando um capítulo torturado da história. Em nome da paz e do planeta Terra, em nome da solidariedade e da tolerância, em memória de tantas vítimas inocentes, repudiamos, pela liberdade e pela democracia, todo e qualquer ato terrorista.

Finalizando nossas palavras, queremos desejar muito êxito a toda organização e a todas as pessoas que, em qualquer canto do planeta, se empenhem em prol da paz e da união entre os povos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Sebastião Braga

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Assembléia Legislativa e Presidente destes trabalhos; Exmo. Sr. Deputado Célio Moreira, que promoveu a organização desta reunião especial; caríssimos amigos da Amistad; caríssimos companheiros Leões; Deputados presentes; senhoras e senhores, é para nós, pessoalmente, e para a Associação Internacional do Lions Club uma honra estarmos aqui abraçados a essa ONG, que propugna pela paz, e ao poder público, por meio da Assembléia Legislativa.

Quero dizer-lhes que a nossa satisfação é grande, porque estamos, no mundo inteiro, trabalhando por isso. Somos 1.400.000 pessoas, em 200 países. A Associação Internacional do Lions Clube é reconhecida pela ONU como a maior ONG hoje existente, estando acima da Unesco, da Unicef e de outras ONGs.

O nosso pensamento é principalmente na defesa da paz, propugnando pelos princípios de bom governo e boa cidadania. A melhor forma de vencermos crises e crescermos pessoal e profissionalmente é ajudando uns aos outros a crescermos como seres humanos, respeitando as individualidades e descobrindo o que cada um tem de melhor.

Como dizia o escritor Luciano de Crescenzo: "Somos todos anjos de uma asa só, por isso só podemos voar abraçados uns aos outros". Só estaremos solidários e abraçados uns aos outros se estivermos em paz. A paz foi um dos temas de nosso discurso como Diretor internacional e orador oficial das convenções em todos os países pelos quais passamos.

O maior serviço que nós, Leões, poderemos prestar hoje, no mundo, é o de sermos os paladinos da paz, como bem definiu a ONU. Felizes são os que promovem a paz, porque eles serão chamados os filhos de Deus. É uma pregação da campanha da fraternidade.

Já cantava John Lennon: "Tudo o que estamos dizendo é dê uma chance à paz". Mas, afinal, qual é paz que nós, Leões, almejamos? Paz não é apenas a ausência de guerra entre os países. Paz é probidade e decência na gestão da coisa pública e na realização do bem comum. Paz é garantia de que todas as pessoas tenham moradia, comida, roupa, educação, saúde, amor e compreensão. Que tenham oportunidade de serem felizes. Paz e felicidade andam de mãos dadas e não podem se separar. Uma não subsiste sem a outra.

Paz é a busca da serenidade dentro da gente para viver, com alegria, os bons momentos. É ter força e boas idéias para enfrentar os problemas e resolver as dificuldades do dia-a-dia. É a tranqüilidade interior e a alegria de se levantar de manhã e sair de peito aberto para o trabalho, para a escola, para o clube. É encontrar pessoas, sorrir para elas, conversar e sentir-se bem em um ambiente freqüentado. Paz é também a defesa do meio ambiente e da terra em que vivemos.

Mas, para que as sementes da paz germinem em toda a terra, é necessário encontrar semeadores de boa vontade, como os Leões e os amigos da Amistad, e terreno cultivável e fértil, onde a justiça e a fraternidade se desenvolvam em um clima que favoreça o eqüitativo crescimento de todos. Mas dirão os céticos: "Como falar de paz quando se vive em um mundo que promove a guerra, que mutila, mata, gera ódio e vinganças e cria massa de gente faminta, de pobres esfarrapados, crianças assustadas, pessoas tristes e sem perspectiva de um futuro melhor; em um mundo em que a sanha da marginalidade enfrenta os meios de repressão impotentes, deixando um rastro de destruição, sangue e vítimas inocentes?".

Pois bem, meus caros amigos, é nesse panorama quase sem esperança que um novo mundo está por surgir, e, com a aurora de paz, renasce a solidariedade leonística e a dos mensageiros da Amisrael, pregando a partilha do amor entre os diferentes povos.

É a paz que nasce nos escombros da guerra; é o novo tempo de construir o que foi destruído; é o convite para que todos se unam num mutirão de paz. Vamos dar as mãos para ajudar aqueles que engrandecem a existência humana, oferecendo nossa colaboração na tarefa de promover as vidas que o egoísmo e a ambição mutilam. Sejamos artífices da paz na luta pelo engrandecimento da dignidade humana dos que foram excluídos pelo desamor e pela injustiça. Sejamos semeadores da paz!

William Shakespeare, na obra "Henrique VIII", já dizia: "São benditos os que trabalham para a paz na terra". O Papa João Paulo II, ao celebrar o Ano-Novo em 1979, proclamava: "Bem-aventurados os que trabalham pela paz".

Creemos que o destino da humanidade esteja em jogo e a única alternativa seja a paz. Para revertermos o curso da história, essa é a hora e a vez dos homens de boa-vontade, dos leões e dos amigos da Amisrael, como construtores da catedral da fraternidade e da paz. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e comunica que a tela "Paz no Mundo", do artista Sinval Fonseca, ficará exposta por alguns dias na Câmara Municipal de Belo Horizonte e, em seguida, voltará como patrimônio para a Assembléia, como doação da ONG.

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Agostinho Patrús Filho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Patrús Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 139, 161, 752, 1.221, 1.280, 1.355, 656, 1.155, 1.216 e 1.290/2007 (Deputada Gláucia Brandão); 1.233, 1.225, 1.226, 1.238, 1.251, 1.252, 1.253, 1.256, 1.267, 1.270, 1.273 e 1.298/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 139, 161, 752, 1.221, 1.280 e 1.355/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 656, 1.155, 1.216 e 1.290/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão); 1.233, 1.225, 1.226, 1.238, 1.251, 1.252, 1.253, 1.256, 1.267, 1.270, 1.273 e 1.298/2007 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Wander Borges - Inácio Franco.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 29/8/2007

Às 15h45min, comparece na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata e dá-a por aprovada. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir temas relacionados ao trabalho voluntário no Estado, buscando formas de promover esse tipo de atividade. Registra-se, neste momento, a presença das Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Weliton Prado, Eros Biondini, Carlin Moura e Tiago Ulisses. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Flávio Oliveira, Gerente de Projeto Social da Rede Globo Amigos da Escola; Demóstenes Romano Filho, Margarida Maria Ferreira e Beatriz Flecha, representantes da Central do Voluntariado de Minas Gerais; Itamar de Carvalho Ribeiro e Maria Leonor de Lima Costa, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da TJ Criança Abriga; Marcos Santana, Coordenador Executivo do Instituto Horizontes; Maria Cristina Abreu, Diretora de Promoção da Responsabilidade Social da Subsecretaria de Direitos Humanos; Eliana Prudente, coordenadora do Núcleo Amigos da Escola Regional; Felipe Miguel Martini, assessor da Diretoria de Meio Ambiente da Copasa; e Marisa Seonae Rio Resende, coordenadora do Núcleo de Responsabilidade Social da Fiemg, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, na condição de autora do requerimento que motivou a reunião, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidente procede ao lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Trabalho Voluntário. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Domingos Sávio, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Walter Tosta.

ATA DA 13ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/9/2007

Às 18h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 709/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.111, 1.416 com as Emendas nºs 1 e 2 e 1.446/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa - Sargento Rodrigues - Délio Malheiros.

ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/9/2007

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Rômulo Veneroso, Wander Borges e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da equipe de assessoria operacional da Secretaria Municipal de Agricultura de Manga, solicitando apoio da Comissão para requerer recursos destinados ao trabalho de restabelecimento de mudas de árvores nativas e frutíferas no viveiro municipal, objetivando o fortalecimento do ecossistema da microrregião e a recuperação das matas ciliares dos rios da região e seus mananciais; e da Sra. Maria Dalce Ricas, Secretária Executiva do Fórum de ONGs Ambientais de Minas Gerais, solicitando que seja incluído no Orçamento do Estado para o ano de 2008 rubrica própria para o trabalho de proteção e recuperação do meio ambiente no Estado. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, todas em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 1.150/2007 (Deputado Almir Paraca), 1.427/2007 (Deputado Rômulo Veneroso) e 1.464/2007 (Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 261/2007 (relator: Deputado Rômulo Veneroso) e 566/2007 (relator: Deputado Wander Borges, em virtude de redistribuição), ambos na forma do vencido no 1º turno; e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 346/2007 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rômulo Veneroso). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Rômulo Veneroso, o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 529/2007 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Padre João. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados

requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita a realização de audiência pública para se debater o Pacto Verde ou Pacto de Sustentabilidade, tema proposto pela Associação Mineira de Silvicultura - AMS, que se refere à utilização, pelas empresas do setor, de árvores procedentes exclusivamente de florestas plantadas; e Wander Borges em que solicita a realização de audiência pública para se debater o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado de Minas Gerais - ZEE-MG - e suas influências no Plano Diretor Metropolitan. A Presidência recebe os seguintes requerimentos, que serão votados oportunamente: do Deputado Roberto Carvalho em que solicita a realização de audiência pública, conjuntamente com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para análise do Projeto de Lei nº 952/2007; do Deputado Padre João em que solicita a realização de audiência pública, no Município de Jeceaba, para se discutir o processo de implantação do Distrito Industrial de Jeceaba, onde os impactos, principalmente ambientais, abrangem outros Municípios, como São Brás do Suaçuí; do Deputado Wander Borges em que solicita a realização de audiência pública para se debaterem o licenciamento ambiental e, especialmente, as medidas compensatórias do loteamento denominado Fazenda Marzagão, que a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais e a empresa Araguaia Engenharia Ltda. pretendem executar no Município de Sabará; e do Deputado Fábio Avelar em que solicita sejam convidados representantes da empresa CSN, para que façam a apresentação do seu programa de investimentos para o Estado de Minas Gerais. O Deputado Rômulo Veneroso, com a palavra, faz denúncia de ações de desmatamento indiscriminado que estão ocorrendo no Município de Desterro do Melo, conforme documento enviado a ele por um cidadão de Barbacena. O Presidente solicita à assessoria que repasse a documentação à Consultoria da Casa para análise e sugestões de encaminhamento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Wander Borges - Almir Paraca.

ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/9/2007

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Elisa Costa e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados em audiência pública, sobre a situação dos docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Drumond Pinto Dias, por meio do qual expõe fatos relativos ao processo de escolha de Diretor e Vice-Diretor da Escola Estadual Antônio Francisco de Oliveira e, do Sr. José Eustáquio Batista, Presidente da Câmara Municipal de Moema, protocolado nesta Comissão pelo Deputado João Leite, por meio do qual o Vereador solicita seja encaminhado apelo ao Governador do Estado com vistas à prorrogação do último concurso público para Professor de Educação Básica da rede pública estadual. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.367 e 821/2007 e os Requerimentos nºs 1.011, 1.015 e 1.018/2007 são retirados de pauta, atendendo-se requerimento da Deputada Maria Lúcia Mendonça, aprovado pela Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Mário Fernando Valeriano Soares, Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças da Uemg, representando Janete Gomes Barreto Paiva, Reitora da Uemg; e as Sras. Solange Bretas, Vice-Presidente da Regional Leste do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, representando Paulo Marcos Borges Rizzo, Presidente desse Sindicato, Lucileide Malaguth Colares, Professora da Uemg, e Ilva Ruas, docente da Unimontes, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem aos debates, faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos Deputados e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Elisa Costa em que solicita seja realizado debate público, com a finalidade de aprofundar o conhecimento da realidade atual do ensino público profissionalizante e superior em nosso Estado e discussão das perspectivas para os próximos anos; da Deputada Maria Lúcia Mendonça e Deputado Deiró Marra em que solicitam seja encaminhado ofício à Reitora da Uemg, para que informe os motivos de não terem sido nomeados docentes aprovados em concurso público já realizado por aquela instituição; da Deputada Maria Lúcia Mendonça e dos Deputados Deiró Marra e Carlin Moura em que solicitam seja encaminhado pedido à Reitora da Uemg, para que esclareça se os cursos de Mestrado, Doutorado e Especializações serão computados com pontuação extra em concurso para docentes a ser realizado por aquela instituição, assim como os eventuais critérios para tal pontuação extra; em que solicitam seja encaminhado ofício ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e aos Reitores da Uemg e da Unimontes, pedindo informações sobre os procedimentos adotados para a efetivação dos professores designados das mencionadas instituições de ensino superior; do Deputado Carlin Moura (3) em que solicita seja incluída a Sra. Ilva Ruas, docente da Unimontes, no rol de convidados desta reunião; em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater os procedimentos adotados pela Secretaria de Estado de Educação, no que diz respeito à reforma da Escola Estadual Pedro II, bem como as repercussões junto aos corpos docente e discente e; para que sejam solicitadas informações à Secretária de Estado de Educação, referentes à previsão de início e término das reformas da Escola Estadual Pedro II, comunicando-se aos servidores daquela escola o envio do mencionado pedido de informações. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente - Carlin Moura - Vanderlei Jangrossi.

ATA DA 25ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/9/2007

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Genaro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Oswaldo Borges da Costa Filho, Diretor-Presidente da Codemig, encaminhando o Relatório do Orçamento de Investimentos da Companhia para 2008; e Lindon Carlos Resende da Cruz, Prefeito Municipal de Nova Ponte manifestando repúdio ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, que transfere os Municípios de Iraí de Minas e Indianópolis da Comarca de Nova Ponte para as Comarcas de Monte Carmelo e Araguari, respectivamente; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 30/3/2007: ofícios dos Srs. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e Custódio Mattos, Secretário de Desenvolvimento Social. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 538/2007 (Deputado Zé Maia); 742/2007 (Deputada Elisa Costa); 808 e 1.154/2007 (Deputado Sebastião Helvécio), 946/2007 (Deputado Jayro Lessa); 1.046 e 1.236/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho); 772/2007 (Deputado Antônio Júlio); 896/2007 (Deputado Lafayette de Andrada), todos no 1º turno; 1.249/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho), no 2º turno; e Mensagem nº 85/2007 (Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.249/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 430/2007 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 946/2007 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 2, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática (relatora: Deputada Elisa Costa, em virtude de

redistribuição); e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 366/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio) e 808/2007 (relator: Deputado Sebastião Helvécio). Os pareceres sobre a Mensagem nº 85/2007 e os Projetos de Lei nºs 742 e 1.046/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Lafayette de Andrada, Elisa Costa e Agostinho Patrús Filho. Os Projetos de Lei nºs 994, 1.084, 1.182, 1.356 e 1.415/2007 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem prepostos regimentais e o Projeto de Lei nº 1.324/2007, por haver sido apreciado em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Antônio Júlio, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Rômulo Veneroso - Weliton Prado.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/9/2007

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Wander Borges, João Leite (substituindo este ao Deputado Ademir Lucas, por indicação da Liderança do BSD), Lafayette de Andrada (substituindo ao Deputado Ronaldo Magalhães, por indicação da Liderança do BSD) e Padre João (substituindo à Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio e Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o convênio de cooperação celebrado entre a Prefeitura de Barbacena e a Copasa-MG, que tem por objetivo delegar a essa Companhia parte da gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta de esgoto. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Martim Francisco Borges de Andrada e José Higino Ferreira, respectivamente, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Barbacena; Edson Rezende, Coordenador do Movimento Popular de Luta contra Convênio da Copasa; João Batista Peixoto, Consultor do Ministério das Cidades; Rodrigo Moura, Gerente Regional da Copasa-Região Noroeste; Frederico Ozanam de Melo Souza, funcionário do Demasa; Ronaldo Braga, Presidente do PMDB municipal, e Pedro do Vale, Vereador, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Wander Borges - Ademir Lucas.

ATA DA 15ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 6/9/2007

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Domingos Sávio e Antônio Júlio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e com base no inciso III do art. 120 do Regimento Interno dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, do Governador do Estado, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - e o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev - para o regime próprio de previdência do Estado de Minas Gerais, altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e dá outras providências; e comunica o recebimento de ofício do Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Estado de Fazenda, agradecendo o convite para participar desta reunião e informando da impossibilidade de seu comparecimento. Registra-se a presença do Ten.-Cel. Abraham Lincoln Issa Ferreira, Sub-Assessor de Assistência à Saúde do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG -, representando o Cel. BM José Honorato Ameno, Comandante-Geral do CBMMG; do Coronel PM Zeder Gonçalves do Patrocínio, Presidente da União dos Militares de Minas Gerais - UMMG -; Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar e Bombeiro Militar - Aspra -; Cabo Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar; Major Zoé Ferreira Santos, Vice-Presidente da Associação dos Oficiais PMBM e Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual - Sindifisco -, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência faz uso da palavra para suas considerações iniciais, após o que concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem à reunião. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência recebe abaixo-assinado de entidades representativas dos militares estaduais manifestando discordância em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 27/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Mauri Torres - Inácio Franco.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.188/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Sonhos de Liberdade, com sede no Município de Sabará.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.188/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Sonhos de Liberdade, com sede no Município de Sabará, que tem por finalidade realizar a reintegração social de crianças carentes, adolescentes em conflito com a lei ou em risco social, utilizando o desporto como instrumento de ação.

Fomentando a educação, a qualificação profissional, a cultura e as artes; patrocina campanhas públicas que visam a combater o uso das drogas; e, através de cursos, palestras, seminários, chás e jantares, busca angariar recursos para concretizar seus objetivos estatutários.

Com recursos próprios, de terceiros ou provenientes de convênios firmados com organizações públicas ou privadas, administra creches, fábricas de materiais desportivos, ateliês de artesanato e artes, feiras, restaurante, clínicas e hotéis de repouso, escolas e outras atividades que possam atender às demandas das pessoas e das comunidades por ela assistidas.

Cabe esclarecer que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por propósito retificar o nome do Município sede da entidade.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.188/2007, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.443/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual situada no Município de Berilo.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.443/2007 pretende dar a denominação de Escola Estadual de Berilo à escola estadual localizada na Rua Delfim Ramalho de Souza, nº 134, Bairro Dom Silvestre, no Município de Berilo.

O propósito do Governador do Estado vem ao encontro de solicitação do colegiado da referida escola de ensino fundamental, o qual, em reunião realizada no dia 6/5/2007, homologou, pela unanimidade dos votos dos seus membros, a indicação do nome Escola Estadual de Berilo para denominá-la. Trata-se de homenagem a Berilo, por ter recebido, em 2003, medalha que condecora os Municípios integrantes do movimento da Inconfidência Mineira e é reconhecida oficialmente pelo governo de Minas Gerais.

Considerando não existir nenhum outro educandário público do Estado no Município de Berilo que ostenta a denominação proposta, a homenagem que lhe está sendo feita é justa e oportuna, lembrando a sua importância no contexto econômico, histórico e social de Minas Gerais.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.443/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.456/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural - Fundecc -, com sede no Município de Lavras.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.456/2007 pretende declarar de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural, com sede no Município de Lavras, a qual possui como finalidade precípua apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da Universidade de Lavras.

Na consecução de suas metas, promove cursos, seminários e congressos sobre temas educacionais; presta apoio no registro e gerenciamento de propriedade industrial e intelectual, marcas e patentes; opera emissoras de rádio e televisão; promove a publicação de livros, revistas e jornais; apóia atividades artísticas, culturais, esportivas e assistenciais.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.456/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Carlin Moura, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 50/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o Projeto de Lei nº 50/2007 visa a alterar a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/2/2007, a proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe visa a alterar a alínea "d" do inciso III do art. 5º da Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências.

O Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741, de 2003 – veio consolidar os direitos fundamentais e a política de proteção ao idoso. Na área de educação, a legislação preconiza que o poder público criará oportunidade de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados, apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. Em âmbito estadual, a Lei nº 12.666 estabelece a obrigação do Estado de apoiar a criação de cursos na Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – abertos para o idoso, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

A essência da proposição é especificar ações de amparo ao idoso na área da educação: criação de cursos e atividades de extensão direcionados a esse grupo; flexibilização dos processos seletivos para ingresso do idoso nos cursos seqüenciais de formação específica e de complementação de estudos; e abertura de vagas em disciplinas regulares dos cursos superiores de graduação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394, de 1996 – estabelece, em seu art. 44, que os cursos de graduação são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que tenham sido classificados em processo seletivo. Essa exigência não é feita para o ingresso em cursos superiores seqüenciais por campo de saber, visto que a legislação prescreve, para essa modalidade de curso, que os candidatos atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Verifica-se, portanto, que as instituições de ensino podem determinar os critérios a serem considerados na seleção para preenchimento das vagas nos cursos, o que possibilita a flexibilização do processo seletivo para ingresso do idoso. Nos cursos de graduação, serão reservadas vagas em disciplinas regulares, por área do conhecimento, aos interessados que tenham idade igual ou superior a 60 anos, conforme a disponibilidade da instituição. Não foi suprimida, na proposição sob comento, a exigência da classificação em processo seletivo, não acarretando controvérsia.

Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, o grupo populacional que tem 60 anos ou mais corresponde a 8,6% da população do País, o que ressalta a importância de discutir e promover políticas públicas específicas para esse público. A medida proposta no projeto de lei em apreço irá fortalecer a integração e a participação dos idosos na sociedade, garantindo, assim, o pleno exercício da cidadania.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Domingos Sávio, Presidente - Walter Tosta, relator - Antônio Carlos Arantes.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 734/2007

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o Projeto de Lei nº 734/2007, decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.204/2005, visa a instituir o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 12/4/2007, a proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

No decorrer da tramitação, houve a anexação do Projeto de Lei nº 840/2007, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, por guardar semelhança com a proposição em análise.

Fundamentação

A proposição em epígrafe visa a instituir o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado, a ser concedido à pessoa física ou jurídica que adaptar suas edificações e treinar seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir o acesso às pessoas com deficiência física e idosas.

A proposta apresentada fundamenta-se na importância de sensibilizar os diversos segmentos da sociedade para que ofereçam aos idosos e às pessoas com deficiência a proteção e os cuidados de que são merecedores. É importante compreender que, além dos direitos relativos a todos, essas pessoas devem ter direitos específicos, que levem em consideração, na medida do possível, as limitações ou impossibilidades a que estão sujeitas.

Importa salientar que a questão da acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Há investimentos para que as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida tenham condições de utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação.

É importante ressaltar que a acessibilidade não se refere somente ao meio físico. O conceito moderno de acessibilidade envolve o ambiente físico, como as edificações e os transportes, e também os meios de comunicação. A participação das pessoas com deficiência em todos os setores da vida social tem mobilizado o governo e diversos segmentos da sociedade.

A Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente – Caade –, órgão da administração direta do governo do Estado de Minas Gerais, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, vem envidando esforços para esclarecer a sociedade em geral sobre a importância do reconhecimento das diferenças humanas e para garantir às pessoas com deficiência o direito ao trabalho, à educação, ao esporte, ao lazer e à cultura. A Caade oferece assessoria às associações de ou para pessoas com deficiência, intermediação de mão-de-obra e orientação jurídica às entidades, coordenadorias e conselhos de pessoas com deficiência.

Convém ressaltar que a questão da acessibilidade se encontra garantida na Constituição Federal, em seu art. 227. Esse artigo foi regulamentado, de forma detalhada, pela Lei Federal nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Em âmbito estadual, a Lei nº 11.666 contém normas para facilitar o acesso das pessoas com deficiência física aos edifícios de uso público, conforme o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224 da Constituição Estadual.

A concessão de certificado e de selo tem o propósito de atestar que determinado produto ou serviço atende a padrões de qualidade previamente fixados. No caso em exame, concede-se o certificado a instituições que cumprem a lei, uma vez que adaptar os espaços de circulação de prédios públicos e privados às necessidades das pessoas com deficiência é exigência legal, e não ato de benevolência. Em decorrência disso, não cabe o reconhecimento do Estado aos cidadãos ou pessoas jurídicas que cumpram o determinado por lei.

Diante disso, a Comissão de Constituição e Justiça, ao emitir seu parecer, apresentou o Substitutivo nº 1, passando a homenagear, por meio de certificado, as pessoas físicas ou jurídicas que promovam pesquisa tecnológica e desenvolvimento experimental no âmbito da medicina preventiva e terapêutica, publiquem e divulguem seus resultados e produzam equipamentos especializados destinados ao uso das pessoas com deficiência. Consideramos de elevado significado as alterações propostas em defesa desse grupo em nosso Estado e ratificamos o parecer exarado por aquela Comissão favorável à proposição.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 734/2007, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Domingos Sávio, Presidente - Walter Tosta, relator - Antônio Carlos Arantes.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 885/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Zezé Perrella, o Projeto de Lei nº 885/2007 destina assentos a idosos e deficientes físicos nos terminais rodoviários localizados no Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 20/4/2007, a proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe dispõe sobre a destinação aos idosos e às pessoas com deficiência de 10% dos assentos dos terminais rodoviários do Estado.

A medida consubstanciada no projeto visa a beneficiar as pessoas que, em decorrência de suas limitações de ordem física, estejam impedidas ou apresentem dificuldades de permanecer de pé por tempo relativamente longo. Constitui, portanto, uma ação positiva, em obediência à Constituição da República, que preconiza a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e que tenha como fundamento a promoção do bem de todos.

Atualmente, verifica-se que os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, como os idosos e as pessoas com deficiência, encontram cada vez mais acolhida na sociedade, e o reconhecimento e a garantia de tais direitos está ligado à defesa da dignidade da pessoa humana.

O governo e a sociedade têm envidado esforços a fim de garantir direitos específicos para essa parcela da população, levando-se em conta as peculiaridades a que estão sujeitas. Várias leis foram editadas, em âmbito federal e estadual, para viabilizar esses direitos. Há uma necessidade premente de se criarem meios efetivos para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Um dos avanços mais significativos, que veio consolidar os direitos fundamentais e a política de proteção ao idoso, foi a criação do Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741, de 2003. O Estatuto estabelece que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência estabelece um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos básicos dessas pessoas, inclusive os direitos à saúde, à assistência social, à educação e outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem o seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Importa salientar que a Constituição Federal promulgada em 1988 representou um avanço na proteção dos direitos dos cidadãos, especificamente os das pessoas com deficiência e dos idosos, e muitas normas têm sido elaboradas com a finalidade de garantir o cumprimento dos princípios e das diretrizes constitucionais. A proposição em análise é mais um instrumento que visa a garantir a cidadania e o bem desses segmentos da sociedade.

Com o objetivo de aperfeiçoar o projeto, julgamos oportuno apresentar a Emenda nº 1, a fim de estender a medida a outras pessoas merecedoras de atenção e cuidado em virtude de suas condições físicas, como gestantes e lactantes e pessoas acompanhadas por criança de colo, bem como pessoas com mobilidade reduzida. Outra alteração refere-se à idade prevista no art. 1º do projeto, que era "acima de 65 anos" e foi modificada para "igual ou superior a 60 anos".

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 885/2007, no 1º turno, com a Emenda nº 1, a seguir.

Emenda nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º – Serão destinados preferencialmente às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, às gestantes e lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo 10% (dez por cento) dos assentos nas áreas de embarque e desembarque dos terminais rodoviários localizados no Estado.

§ 1º – Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que se enquadra nas condições previstas na Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000.

§ 2º – Considera-se pessoa com mobilidade reduzida aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência estabelecido pela Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção."

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Domingos Sávio, Presidente - Walter Tosta, relator - Antônio Carlos Arantes.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.153/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 69/2003, altera o art. 1º da Lei nº 11.867, de 28/7/95, que reserva percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da administração pública do Estado, para pessoas com deficiência.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 25/5/2007, a proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que

concluiu por sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe tem por objetivo aumentar de 10% para 15% o percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da administração pública do Estado, para pessoas com deficiência.

Nas últimas décadas, verifica-se que a inclusão social das pessoas com deficiência tem mobilizado o governo e diversos segmentos da sociedade. Houve um reconhecimento de que a população com algum tipo de deficiência deve ter direitos específicos, em decorrência das limitações e impossibilidades a que estão sujeitas. Assim, diversos mecanismos legais foram instituídos a fim de promover condições de igualdade entre os deficientes e os demais cidadãos, sem, contudo, configurar privilégio.

Quando se trata da inserção no mercado de trabalho, em virtude das peculiaridades que envolvem o trabalhador com algum tipo de deficiência, a Constituição Federal, no capítulo dos direitos sociais, proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critério de admissão. Outro importante direito estabelecido na Constituição é a reserva de percentual de cargos e empregos públicos aos deficientes. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União – Lei Federal nº 8.112, de 1990 –, em seu art. 5º, § 2º, regulamentou o previsto na Carta Magna, ao assegurar às pessoas com deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se para tais pessoas até 20% das vagas oferecidas no concurso.

Também em âmbito estadual diversas normas legais e programas de apoio para criar oportunidades de trabalho às pessoas com deficiência foram estabelecidos. A Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência – Caade –, órgão da administração direta do governo de Minas Gerais, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, oferece intermediação de mão-de-obra do portador de deficiência, possui cadastro de empresas e pessoas físicas para contratação de pessoas com deficiência, além de realizar outras ações voltadas para esse segmento.

O último censo realizado pelo IBGE revelou existirem 24,6 milhões de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, o que corresponde a 14,5% da população brasileira, que era de 169,8 milhões em 2000. Em Minas Gerais, constatou-se que 2,6 milhões de pessoas eram portadoras de pelo menos uma das deficiências enumeradas, o que corresponde a 14,9% da população do Estado, que era de 17,9 milhões no mesmo período. A população economicamente ativa residente no Estado, com pelo menos uma das deficiências investigadas, na faixa etária de 18 a 64 anos, era constituída por 1,7 milhões de pessoas, o que corresponde a 16,8% da população economicamente ativa dessa faixa etária, que era de 10,6 milhões.

Diante desses dados, verifica-se que é justificável alterar de 10% para 15% a porcentagem das vagas destinadas às pessoas com deficiência em Minas Gerais, conforme proposto no projeto em análise.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.153/2007.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Domingos Sávio, Presidente - Walter Tosta, relator - Antônio Carlos Arantes.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 457/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Ana Maria Resende, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.012/2004, cria a Notificação Compulsória da Violência contra o Idoso e a Comissão de Monitoramento da Violência contra o Idoso.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1, retorna agora o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, XIV, c/c o art. 189 do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em exame objetiva criar a Notificação Compulsória da Violência contra o Idoso, que será feita pelo estabelecimento de saúde que prestar atendimento ao idoso vítima de violência ou maus-tratos. Essa notificação será preenchida em três vias, sendo uma mantida no estabelecimento de saúde que prestar o atendimento, outra encaminhada à Delegacia Especializada de Crimes contra o Idoso e a terceira entregue ao idoso ou ao acompanhante por ocasião da alta do paciente.

O projeto leva em conta uma concepção mais ampla de violência contra o idoso, que abarca o sofrimento físico, sexual e psicológico de que forem vítimas pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Na justificção, a autora argumenta que em 69% dos casos de violência contra idosos registrados na Capital mineira, vítima e autor moram no mesmo domicílio. Outro dado apresentado, cuja fonte é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, demonstra que os idosos representam atualmente cerca de 9% da população brasileira, estimando-se que nos próximos 20 anos essa população irá dobrar, passando de cerca de 30 milhões de pessoas para aproximadamente 60 milhões.

Esse grupo social tem merecido atenção especial nos últimos anos, tanto que o Congresso Nacional editou o Estatuto do Idoso, regulamentando direitos concernentes à vida, à liberdade, à saúde, à educação, à profissionalização, à habitação, à previdência social e ao transporte, além de

estabelecer punições para crimes contra os maiores de 60 anos.

Acertou a Comissão de Constituição e Justiça ao apresentar, no 1º turno, o Substitutivo nº 1, corrigindo vícios existentes na proposta original. Um desses vícios dizia respeito ao estabelecimento de competência para a Divisão de Epidemiologia, órgão da Secretaria de Estado de Saúde. Ocorre que, por se tratar de órgão pertencente à estrutura do Poder Executivo, apenas o Governador do Estado possui iniciativa quanto à matéria.

Outro equívoco estava na criação da Comissão de Monitoramento da Violência contra o Idoso, órgão que iria integrar a Secretaria de Estado de Saúde. Também nesse caso somente o Governador goza da prerrogativa de criar, modificar ou mesmo extinguir órgãos ou entidades vinculadas ou subordinadas ao Poder Executivo.

Um terceiro vício da proposta original ficou configurado na composição da Comissão de Monitoramento da Violência contra o Idoso, pois o projeto previa representantes de várias secretarias de Estado como membros da citada comissão, contrariando o disposto no art. 90, XIV, da Constituição Estadual.

Comungamos com a posição da Comissão de Constituição e Justiça, tanto que no 1º turno nos manifestamos favoravelmente às modificações propostas. Dessa forma, mantemos, no 2º turno, nosso posicionamento do 1º turno.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 457/2007 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2007.

Domingos Sávio, Presidente - Antônio Carlos Arantes, relator - Walter Tosta.

PROJETO DE LEI Nº 457/2007

(Redação do Vencido)

Cria a Notificação Compulsória da Violência contra o Idoso e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criada a Notificação Compulsória da Violência contra o Idoso, a ser efetivada por estabelecimento público ou privado de serviço de saúde que prestar atendimento ao idoso vítima de violência ou maus-tratos.

§ 1º – Considera-se idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

§ 2º – Para os efeitos desta lei, a expressão "Notificação Compulsória da Violência contra o Idoso", o termo "Notificação" e a sigla NCVI se equivalem.

Art. 2º – Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I – violência contra o idoso a ação ou a conduta que causem morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico ao idoso, ocorridas no âmbito público ou doméstico;

II – violência física a agressão ao corpo da vítima pelo uso da força do agressor, com ou sem o uso de instrumentos, ou por queimadura, corte, perfuração e uso de armas brancas ou de fogo, ou instrumento análogo;

III – violência psicológica a situação em que o idoso for vítima de coação verbal ou de constrangimento que acarretem situação vexatória, humilhante ou desumana.

Art. 3º – Serão notificados, em formulário oficial, os casos atendidos e diagnosticados de violência ou maus-tratos contra o idoso, tipificados como violência física, sexual ou psicológica.

Parágrafo único – O profissional de saúde que verificar que o idoso tenha sofrido violência ou maus-tratos solicitará ao profissional responsável pela condução do caso o preenchimento da Notificação.

Art. 4º – A Notificação conterá:

I – identificação pessoal, com nome, idade, etnia, escolaridade e endereço;

II – identificação do acompanhante, com nome, etnia, profissão e endereço;

III – motivo do atendimento;

IV – diagnóstico;

V – descrição objetiva dos sintomas e das lesões;

VI – relato da situação social, familiar, econômica e cultural.

§ 1º – No formulário do primeiro atendimento, o responsável pelo seu preenchimento deverá especificar a causa da violência física, sexual ou psicológica, bem como o âmbito de sua ocorrência.

§ 2º – Os casos de violência contra o idoso são considerados:

I – domésticos os ocorridos em família, em unidade doméstica ou qualquer outro ambiente, desde que o agressor conviva ou tenha convivido no mesmo domicílio que o idoso;

II – públicos:

a) os ocorridos na comunidade e praticados por qualquer pessoa;

b) os praticados por agentes do poder público ou por estes tolerados, independentemente do local da ocorrência do fato.

Art. 5º – A Notificação de que trata esta lei será preenchida em três vias, das quais uma será mantida em arquivo de violência contra o idoso, no estabelecimento de saúde que prestou o atendimento, outra encaminhada à Delegacia Especializada de Crimes contra o Idoso, e a terceira entregue ao idoso ou ao acompanhante, na data de sua liberação.

Art. 6º – Os dados constantes em arquivo de violência contra o idoso serão confidenciais e somente poderão ser fornecidos:

I – ao denunciante, ao idoso ou ao acompanhante da pessoa vítima da violência, devidamente identificada, mediante solicitação pessoal por escrito;

II – aos Conselhos Estadual e Municipal do Idoso, à autoridade policial ou judiciária, mediante solicitação expressa.

Parágrafo único – Os dados da NCVI, excluídos os que possibilitem a identificação da vítima, serão encaminhados, em boletim semestral, à Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 7º – O Poder Executivo indicará, por meio de regulamento, o órgão ou entidade responsável pela aplicação desta lei.

Art. 8º – O descumprimento do disposto nesta lei, por estabelecimento de serviço de saúde, acarretará as seguintes penalidades:

I – na primeira ocorrência, o estabelecimento receberá advertência confidencial e deverá comprovar, no prazo máximo de trinta dias a contar da data da advertência, a habilitação de seus recursos humanos em registro de violência dessa natureza;

II – no caso de reincidência ou descumprimento do prazo estabelecido no inciso I, o estabelecimento privado será apenado com multa diária no valor de 3.202,56 Ufemgs (três mil duzentas e duas vírgula cinquenta e seis Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais).

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 12/9/2007, as seguintes comunicações:

Do Deputado Djalma Diniz, notificando o falecimento da Sra. Maria da Conceição Cerceau Ibrahim, ocorrido em 5/9/2007, no Município de Mariana. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. José Alfredo Baracho, ocorrido no dia 11/9/2007, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

82ª Reunião ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 6/9/2007

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia, volto aqui, à tribuna, para falar da preocupação que ainda continua no setor rural, principalmente em relação ao produtor de café. Após o debate que fizemos aqui, nos dias 26 e 27 de março, deste ano, várias ações importantes já aconteceram, principalmente no tocante à situação que envolve os produtores de soja, milho, feijão, algodão e uma série de grãos, mas a situação do café ainda continua a mesma, o produtor continua endividado, a negociação está um pouco empacada.

Nesta semana, eu, representando nossa Comissão, e representantes da Faemg, da Ocemg e de sindicatos rurais fomos até o Governador, que gentilmente nos recebeu e propôs participar também desse movimento, para discutirmos com o Presidente Lula que o problema é muito sério para o produtor rural. São cinco anos de endividamento, e, neste ano, apesar de os preços estarem um pouco melhores, o fato de o dólar estar baixo fez desaparecer toda essa vantagem que haveria. Os custos subiram mais de 150%, e o nosso produtor continua em uma situação muito difícil.

Mas esperamos que o Governador, hábil articulador que é, possa nos ajudar junto ao Ministro da Agricultura, que tem sido bastante parceiro. Ele está preocupado, mas os problemas têm sido maiores na Secretaria de Fazenda, e o próprio Presidente Lula está acreditando que o café vive um bom momento, o que não é a realidade em razão do grande endividamento.

Os problemas no campo cada vez mais aumentam, e um deles é o da violência. Estamos impressionados não com o tanto de invasão, como acontecia antes, mas com a invasão dos ladrões, que hoje assaltam, roubam e matam no campo, como nunca aconteceu na história do Brasil. E Minas Gerais não é diferente. Em minha região, no Sudoeste mineiro, muito próximo à divisa com São Paulo, atualmente o produtor não tem mais tranqüilidade para dormir. Ele morre de medo, pois muitos têm sido vítimas de uma violência sem tamanho.

É caso de assustar. Às vezes, vemos a polícia um pouco engessada; falta uma ação mais concreta. E as quadrilhas não são pés-de-chinelo ou ladrões de galinha. Aliás, o PCC de São Paulo está envolvido, infiltrado e profissionalizado no crime, criando pânico nas famílias.

Há outros problemas, não bastassem o da violência e o do endividamento. Há problemas com leis votadas no Congresso Nacional, que pensa em âmbito maior e se esquece de que o Brasil ainda é um País de Terceiro Mundo. É um país onde muitos ainda dependem de ações, de projetos sociais e vivem de uma produção familiar, numa cultura que ainda não se desenvolveu tanto, mas fazem o que é importante para a sobrevivência da família. No Congresso, fazem leis, como é o caso do transporte de aves vivas, que é fundamental para controlar os grandes focos de doenças. Sim, é bom para o Brasil, no caso dos grandes empreendimentos industriais, grandes grupos, grandes indústrias, grandes granjas de frangos, grandes transportes de cama de frango de um Estado para outro. Realmente, é preciso inibir, deve existir uma fiscalização mais forte.

As doenças que entram neste País, que nos afligem e nos preocupam, não vêm do campo, não começam no pequenininho, na roça; elas entram pelos portos e aeroportos. E aí há uma omissão violenta por parte governo federal. Falta estrutura, faltam pessoas especializadas, falta gente para combater. E isso é o que mais nos preocupa. São várias doenças preocupantes que poderão chegar neste País, tanto na área da agricultura como na da pecuária. Estranha-me é que o governo está preocupado em fiscalizar o pequeno produtor, aquele que vende o seu frango caipira ou que mata o seu porquinho e o leva à feira, às vezes até para distribuir ou dar para um amigo. Agora, em Minas Gerais, para esse pequenininho produzir seu frango, ele terá de ter uma licença do IMA - será um instituto em cada lugar do Brasil. Para adquirir essa licença, ele terá de colocar o seu quintal, a sua pequena propriedade em condição apta para, quando ele for transportar aquele frango, tirar a tal da Guia de Transporte Animal - GTA - para aves vivas. Imaginem vocês: a pessoa sai da roça e vai à cidade pegar uma guia para levar cinco frangos para vender numa feira ou para dar a um amigo. Ele poderá levar vivo se for para abater. Imaginem uma pessoa pegar 5, 10, 20, 100 ou 1.000 frangos para levar a um abatedouro credenciado pelo IMA a 100km, 200km. É algo totalmente impraticável e absurdo. Estou muito preocupado, porque isso afetará diretamente o pequeno produtor, o agricultor familiar, aquela pessoa simples.

Dessa forma volto a dizer que o frango caipira não será mais produzido por nós, caipiras da roça, será produzido pelos empresários. E isso terá um efeito na questão social desse pequeno produtor.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Arantes, membro atuante na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, primeiramente parabenizo V. Exa. por trazer aqui, no Plenário, da tribuna, essa preocupação que já foi pauta de uma audiência pública. Porém, as coisas ainda não estão claras. No nosso entendimento, é necessário exigir esse aprofundamento e algumas medidas a ser tomadas. Como V. Exa. bem disse, o primeiro prejudicado é o pequeno produtor. O pequeno que, na maioria das vezes, produz menos de cem frangos. É inviável para ele levar os frangos para um grande abatedouro. Não será melhor para ele; ao contrário, terá despesas.

Dessa forma, vamos inviabilizar o pouco de renda do pequeno produtor, obtida com a criação de frangos. Ele irá manter sua produção simplesmente para o consumo.

Uma das características do pequeno produtor é a diversificação da produção. Dentro do Minas sem Fome, vimos um incentivo à criação de frangos. Pela Conab, temos um programa ligado ao governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, que possibilita às escolas, às entidades adquirir os frangos, desde que seja dos pequenos. Nesse aspecto, seria um retrocesso, porque tudo isso será inviável daqui para a frente.

Parabéns a V. Exa. Temos que somar esforços para não deixar que isso aconteça.

Outra preocupação é o cadastramento do uso da água, sobre o que já está havendo uma propaganda intensiva. Desde que uma pessoa tenha uma pequena cisterna, faça alguma utilização da água, se não for das grandes fornecedoras terá que cadastrar-se. Sabemos que esse cadastro é o primeiro passo. Depois, com certeza, haverá uma taxa para esse uso da água. Com isso, o pequeno vai ficando cada vez mais prejudicado. Parabéns a V. Exa. por trazer esse assunto ao Plenário.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Muito obrigado, Deputado Padre João. Esta é a realidade. Essa questão nos preocupa muito. Achamos que o IMA tem que se concentrar o máximo possível nos grandes negócios, nos grandes empreendimentos. Essa fiscalização é realmente importante para Minas Gerais. Uma estrutura deficitária não pode preocupar-se com os "mini" e com os pequenos, que hoje não causam nenhum problema e que dependem de pequenas coisas para a sobrevivência.

A questão da água é outra preocupação. Realmente, quem faz uma simples captação de uma água na mina, coisa que fez a vida inteira, agora precisará ter licenciamento. Algumas pessoas falam: "Mas isso é barato, é de graça". Não é, não. A burocracia é muito grande e as pessoas têm que gastar dinheiro. Vocês não imaginam o que vai aparecer de consultor para fazer o pequeno gastar dinheiro. Preocupam-me muito essas questões.

Mas acontecem coisas boas também que me animam muito. Esta semana estivemos com o Secretário de Saúde, Marcus Pestana. Reunimos mais de 100 pessoas de 40 cidades da minha região, do Sul e do Sudoeste mineiro, para ir a ele. Tivemos que nos reunir no auditório. Lá conseguimos a aprovação do Hospital do Câncer para a cidade de Passos e a aprovação do Hospital do Coração para São Sebastião do Paraíso. A construção está terminando, com mais de R\$4.000.000,00, obra do Deputado Federal Carlos Melles, com recursos federais. O Hospital do Câncer também já tem recursos do governo federal, do Presidente Lula, que já destinou R\$2.700.000,00 para compra de equipamentos. Existe também um movimento da comunidade em todas as cidades para arrecadar verba para essa construção. Algumas cidades já pegaram R\$200.000,00, R\$300.000,00, apenas com essa campanha, com doações particulares. Espero que, no máximo em um ano, um ano e meio, tenhamos instalado em Paraíso o Hospital do Coração, que atenderá 150 cidades; e, em Passos, o Hospital do Câncer, que atenderá mais de 200 cidades da região. São ações importantes, de que o Estado participa ativamente, logicamente com um trabalho muito bom do governo federal e do Ministério da Saúde e numa ação muito correta, concreta e capacitada do Dr. Glaucio, na Santa Casa de São Sebastião do Paraíso, do Dr. Vivaldo Soares e do Dr. Daniel em Passos, pessoas que fazem o dinheiro crescer e render na sua administração.

Em relação à PPP 050, o Inácio é testemunha de como melhorou nossa rodovia de Juatuba até São Sebastião do Paraíso, divisa com São Paulo. Parece que estamos vivendo uma nova realidade, um novo mundo. Durante 20 anos, como Prefeito vinha a Belo Horizonte e as estradas eram somente barro, todo o asfalto arrancado, buracos tampados com terra na época do governo Newton Cardoso, encravador de carreta no meio da rodovia. Vieram outros governos tampando os buracos mais ou menos. Veio o governo Aécio, nos últimos quatro anos, com o programa Tapa-Buracos, o que ajudou bem. Agora temos rodovia de qualidade, limpeza das canaléticas laterais, recuperação de piso e de pavimento. O que me anima a falar disso é que aí está a ação do governo, que deve crescer e ser mantida.

No caso da cadeia pública da cidade de Ponte Nova, onde morreram 25 pessoas, a PPP dos presídios é a grande solução. No meu entendimento, o poder público não tem mais competência para lidar com preso e, muitas vezes, nem com estrada. Tem que passar para uma terceirização

justa e correta, porque o poder privado é mais capacitado, e as coisas ficam mais fáceis; os exemplos estão aí.

O caso da PPP é um exemplo. O outro é o ProMG Pleno, da nossa região, que inicia a recuperação de 396km de estrada nesta semana, pela qual batalhamos muito. Desde o meu primeiro dia como Deputado, tenho falado sobre isso. Fotografei buracos, placas enferrujadas, matos na rodovia. Hoje fico feliz porque, na semana que vem, as obras serão iniciadas - esses 396km. E a nossa região estará muito bem servida de obras. Também posso falar que estou muito feliz porque a última cidade da região, Claraval, está sendo ligada por rodovia, por meio do Pró-Acesso. Obra bonita, bem feita, por empresa competente, cujo custo e resultado nos animam. É uma obra barata para um resultado tão grande e bonito, que trará muito desenvolvimento.

Cumprimento ao nosso Governador Aécio Neves pelas ações importantes e torço para que ele faça da PPP outras ações importantes, principalmente nos presídios, porque não dá mais para conviver com o que temos visto em Minas e no Brasil. E que tenhamos ações muito mais fortes e efetivas contra a violência no campo, porque, por mais que percebamos as boas ações da Polícia Civil em vários Estados e regiões, há problemas muito sérios na nossa região por falta de efetivo, mas muito mais sérios por falta de ação competente de pessoas que trabalham na região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público presente nesta reunião da Assembléia Legislativa, venho a esta tribuna para ter oportunidade de fazer o que me foi negado ontem, lamentavelmente. Ontem à tarde, solicitei a palavra para fazer a defesa do meu Partido, e, pela primeira vez, ela me foi negada nesta Assembléia. Depois de tantos anos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, fui impedido de me manifestar em defesa do meu Partido. Lamento, porque a expectativa sempre é de que esta Casa dê oportunidade para que se fale, e há um Regimento que disciplina justamente isso. Quando alguém ou seu Partido é ofendido, o Regimento da Assembléia Legislativa dá oportunidade de manifestação ao parlamentar.

Ontem ouvimos algumas coisas absurdas a respeito do PSDB. É lamentável que ainda impere, em nosso país, a prática de destruir a imagem de alguém para ter oportunidade de crescer. É mais ou menos aquela idéia de semear ventos. O problema é que, muitas vezes, quando se semeia vento, colhe-se tempestade. E aqueles que criticam duramente, até extrapolando as normas democráticas, permanentemente, semeiam ventos e também colhem tempestades.

Na tarde de ontem, assistimos às contradições terríveis daqueles que, de alguma forma, sentem-se como se tivessem a resposta para este país, com o que não concordamos absolutamente.

Nós, brasileiros, juntos devemos buscar respostas para as nossas grandes dificuldades - dificuldades históricas. Nenhum grupo, partido ou segmento tem a resposta para essas dificuldades que o nosso país vive.

Ora, aproveitar e dizer que o governo federal tem o monopólio do melhor projeto e da melhor intenção e que um partido ou uma coligação a detém é, de alguma forma, querer não falar tudo o que é verdade em relação a essa questão.

Será que o governo federal tem realmente o monopólio do social, da assistência social, da oportunidade para os jovens e o trabalho? Isso é verdade? Será que o meu partido PSDB é esse vilão que foi apresentado aqui? Foram utilizados termos pejorativos, como "tucanato" e outros, que servem para desqualificar os partidos, os homens e as mulheres que militam na vida pública neste país. Repudiamos isso. Espero que a democracia, no nosso país, alcance um momento de respeito às diferenças e àqueles que, de alguma forma, construíram... O meu Partido é constituído por pessoas que têm história e batalharam pela democracia neste país. Aliás, no banco da escola, tive oportunidade de ler sobre essas pessoas e, de alguma forma, admirá-las pelo que pensaram para o Brasil. Conseguiram fazer um vilão de alguém que lutou pela democracia, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso, exigindo muitas vezes que deixasse o País. Nos bancos da escola, li muitas coisas que ele escreveu sobre momentos importantes da Pátria. Além disso, sobre José Serra, que esteve no exílio, e tantos outros, como Aluísio Pimenta. Num encontro que tratava de questões sociais, não lhe foi dada a palavra; não foi dada para alguém que viveu 17 anos no exílio, lutando pela democracia, e que, na ditadura militar, foi retirado da UFMG e impedido de falar. Ninguém é dono da verdade neste país.

Vimos aqui o monopólio da oportunidade para os jovens. Também tenho números. Espero que tudo o que foi anunciado pelo Presidente se efetive. Torço por isso. Fui criado numa vila de Belo Horizonte. Quando criança e jovem, encontrei a grande oportunidade no esporte. Peço a Deus que tudo isso se efetive realmente e seja dada oportunidade para os jovens. Poderia usar também aqui da mesma demagogia: vão dar R\$100,00 para um jovem, enquanto deram os maiores lucros da história que os bancos brasileiros experimentaram. Além disso, poderia conferir o que receberão os jovens pobres das vilas do Brasil com o que estão recebendo os banqueiros neste país ou fazer uma comparação desde 2003, quando o Presidente Lula assumiu. O governo Fernando Henrique Cardoso deixou um programa para os jovens como uma jornada ampliada da escola, chamado Esporte Solidário. Aí o governo federal que entrou mudou o nome para Segundo Tempo. Só que o Segundo Tempo não consegue atender aos jovens de 14 a 24 anos, justamente a faixa etária sem oportunidade neste país.

Informo os números. Até essa altura do ano, para atender a esses jovens da jornada ampliada, temos uma liberação efetiva de apenas 2,33% de recursos para o Segundo Tempo. Para esse programa, só 2,33%. Espero agora, com o anúncio do Presidente, que, além dos programas anunciados, os recursos sejam liberados. Para o Segundo Tempo, cujas propagandas podem ser vistas em todos os lugares, até a essa altura do campeonato, campeonato duro para esses jovens, trajetória difícil, só 2,33% de recursos foram liberados.

Tive o cuidado também de acompanhar a maior oportunidade, talvez a única oportunidade que o jovem brasileiro tem de transformação social: os esportes. Estamos vindo dos Jogos Pan-Americanos, ocorridos no Brasil. Tive o zelo de analisar programas que são muito propalados. Como pai de atleta, procurei inscrever minha filha para que também fosse atendida por esses programas.

Os contemplados que participaram dos Jogos Pan-Americanos foram menos de 20. De todos os atletas que estavam nos Jogos Pan-Americanos, somente esses recebem a chamada bolsa-atleta. O governo espera atender outros jovens. Sei disso porque minha filha está aguardando na fila. Ela possui os títulos, como vários outros atletas brasileiros. Todavia, ela ainda tem condição melhor de apoio, que podemos dar. Mas e os outros atletas que esperam sua transformação social, que esperam o apoio dos recursos públicos para treinarem ou terem uma alimentação digna?

Os atletas não recebem, não estão incluídos, e são atletas com grande possibilidade de tornar-se internacionais. E o que é mais interessante: desses atletas, nenhum é mineiro. Nenhum mineiro recebe os recursos.

É interessante analisarmos também os outros programas do governo. Foi criado em 2004 o chamado Programa Descoberta do Talento Esportivo, que tinha a meta de avaliar 2 milhões de estudantes da rede pública e cadastrar, pelo menos, 40 mil alunos de destaque, para aumentar a base de atletas. Essa era, sem dúvida, uma visão importante porque, se temos 90% das nossas crianças e jovens na escola, aí é que devemos investir. Porém, até agora, o governo federal só avaliou 120 mil crianças. Se temos 34 milhões de alunos, não sei dizer nem quantos por cento isso representa.

Sabemos que aproximadamente 80% dos jovens brasileiros não foram avaliados e não terão oportunidade. Espero que se efetivem aqui todos os anúncios feitos pelo Presidente da República, mas, até agora, houve pouco investimento nesses atletas brasileiros, foram-lhes dadas poucas possibilidades para que eles realmente experimentem essa transformação e provoquem mudança no esporte brasileiro. É lamentável que tenhamos que conviver com essa situação.

Queria também falar sobre essas contradições.

Falou-se aqui sobre a criação de escolas profissionalizantes, Cefets. Acompanhamos a LDB da educação de 1996, que mostrou o norte para a educação do nosso país, relatada pelo nosso brilhante Darcy Ribeiro, e especialmente nós, que acompanhamos o esporte, lutamos muito, pois, oriunda da LDB, veio uma situação que, sem dúvida, trouxe um desconforto grande nas escolas, a desobrigação da prática da educação física. Depois, com o então Ministro Carlos Mello, por meio de uma medida provisória, veio a mudança dessa situação. Sabemos que havia uma direção, havia um pensamento naquele momento discutido pelo Parlamento brasileiro e que o governo acompanhou. Agora há um outro sentimento de que a profissionalização resolverá a situação de oportunidades para os brasileiros. Será? Isso é algo que já foi discutido neste país. É só a profissionalização? São só as escolas profissionalizantes? Ou o jovem brasileiro terá a oportunidade da profissionalização? E a oportunidade da academia, do pensar? Sabemos que há uma outra maneira de pensar discutida nesse país, por isso não aceitamos, como não faremos isso da tribuna: jogar fora tudo o que o governo federal pensou, realizou e, em muito momentos, lamentavelmente, não executou.

Há coisas importantes acontecendo, como também o que foi feito pelo PSDB, citado ontem, e pelo PFL, hoje Democratas, o que fizeram quando estiveram à frente do País. Lembro a Lei de Responsabilidade Fiscal, um avanço para que tenhamos recursos para investimento naquilo que é preciso neste país, nas nossas crianças, nos nossos jovens, na oportunidade que temos, para que não se perca dinheiro pelo ralo. O controle é fundamental.

Concluo, Sr. Presidente, pois falta apenas um tema. Quero deixar para as notas desta Assembléia o documento da nossa Constituição. É muito claro. Da política pública federal para a segurança. Os encargos estão previstos, não inventei. (- Lê:)

"Polícia judiciária da União, tráfico ilícito de drogas, contrabando e descaminho, polícia marítima, aérea e de fronteiras; patrulhamento das rodovias e ferrovias federais; vigilância de florestas, parques nacionais e meio ambiente; vigilância de presídios federais, que devem ser construídos regionalmente; vigilância de bens, serviços e instalações federais; atividades de defesa civil; vigilância (ostensiva) das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas".

Os órgãos responsáveis. (- Lê:) "Polícia Federal; guardas federais de vigilância ostensiva: rodoviária, ferroviária, florestal e de meio ambiente, penitenciária (no caso das prisões federais); de vigilância territorial".

Concluo dizendo que não há dúvida de que hoje há uma lacuna na segurança do nosso país. Gostaria realmente que pudéssemos resolver essa situação. Sem o governo federal é impossível, ele tem de cumprir o seu papel de vigilância na segurança da população brasileira. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, estamos entrando na Semana da Pátria. Os movimentos sociais, a CNBB e várias entidades, depois de preparar um tema em cada Semana da Pátria, com um gesto concreto, na primeira semana de setembro sempre temos o Grito dos Excluídos. Nesse período, trazemos algumas reflexões sobre alguns eventos que ocorrem durante esses dias.

Nosso primeiro e final questionamento é se somos mesmos independentes. A quantas anda a nossa soberania. Há 13 anos, realizamos no País o Grito dos Excluídos. É o clamor do povo por condições de vida, de dignidade, de justiça e de paz. Graças a Deus, podemos constatar que a independência e a soberania são conquistas em um processo histórico. Isso vem ocorrendo em vários setores.

Podemos apontar concretamente melhorias significativas, como as milhões de famílias que passaram para acima da chamada linha de pobreza, tanto no campo quanto na cidade. Resultado de políticas econômicas e sociais, como o Pronaf, o microcrédito, o Bolsa-Família, o ProUni, uma série de programas que tivemos nesses quatro anos e meio, que resgataram a dignidade e garantiram qualidade de vida para o nosso povo. No entanto persistem ainda as desigualdades e injustiças, frutos maus de um sistema imposto historicamente no País, nos seus 500 anos de dominação cultural, política e econômica. Em quatro anos, não invertemos o que aconteceu em 500 anos. Neste ano, teremos o Grito dos Excluídos nº 13, organizado pela Igreja, pelas entidades sindicais e movimentos populares que convocam a população para soltar o seu grito de repúdio pela privatização da Companhia Vale do Rio Doce, requerendo a anulação do leilão.

O lema do grito é: "Isto não vale. Queremos participação no destino da Nação". O grito está sendo precedido pelo plebiscito popular de 1º a 7 deste mês. São quatro perguntas relacionadas à privatização da Vale, ao pagamento das dívidas interna e externa, ao preço abusivo da energia elétrica e à reforma da Previdência.

A primeira pergunta é: "Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce, patrimônio construído pelo povo brasileiro, foi fraudulentamente privatizada, ação do governo e o Poder Judiciário podem anular; então, a Vale deve continuar nas mãos do capital privado?". A segunda pergunta é: "O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros, das dívidas externa e interna, ao invés de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?". A terceira pergunta é: "Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado com o povo pagando até oito vezes mais do que as grandes empresas?". A quarta e última pergunta é: "Você concorda com uma reforma da Previdência que retire direitos dos trabalhadores?".

Enquanto cidadãos, temos de participar desse plebiscito com quatro "nãos", porque queremos qualidade de vida para todo o povo e não privilégio para alguns.

Somos, por indignação ética, convidados a dar o grito dos quatro "nãos", com o coração, com a mente, com os braços dispostos a continuar trabalhando por um Brasil novo, possível, justo e solidário. A Vale é nossa!

Temos aqui cópia de um manifesto que afirma: "Isto não vale. A Vale é nossa". O texto descreve todo o processo ao fazer um breve histórico da Vale do Rio Doce. (- Lê:)

"Criada em 1942, por decreto, visava a atividades de produção, comércio e transporte. Em 1977, passa a controlar a extração do minério de Carajás. A Vale é constituída por mais de 60 empresas nacionais e internacionais articuladas num enorme complexo que opera em 10 Estados brasileiros e tem clientes em mais de 30 países. Em 1995, já era a maior exportadora de minério de ferro do País e do mundo. Seu valor é incalculável não só pelas imensas riquezas minerais de ferro, bauxita, nióbio, alumínio, cobre, carvão, manganês, ouro, urânio e outros, bem como pela estrutura logística que engloba 9.000km de malha ferroviária, portos, usinas e terminais marítimos". Vemos nossas rodovias sendo arrasadas pelo transporte de minério. A Vale não abre participação para outras empresas usarem a linha ferroviária. "Ela é, assim, uma ferramenta fundamental para o planejamento estratégico do Brasil. Além de sua importância, o leilão foi todo irregular: preço subestimado; a

empresa que fez a avaliação participou do leilão, o que foi pior; consideração de quantidades muito menores de várias reservas de minérios e outros sem serem avaliados; a venda de reservas de urânio e outros minérios na fronteira precisa ser aprovada pelo Congresso."

Como todos sabem, essa privatização foi o maior escândalo dos últimos tempos. No ano seguinte ao de sua venda, a empresa teve um rendimento três vezes maior.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - O tema abordado por V. Exa. é de fundamental importância. Apenas complemento que é importante o povo mineiro participar desse plebiscito. Nobre Deputado, a Vale do Rio Doce, como V. Exa. disse, é uma das maiores mineradoras do mundo. Hoje, seu valor de mercado está avaliado em R\$103.000.000.000,00, mas foi vendida por apenas R\$3.300.000.000,00. Em 2006, teve vendas totais de R\$19.000.000.000,00.

Também é importante compreender a situação, porque se fala muito que a Companhia Vale do Rio Doce seria hoje uma empresa de capital nacional, o que não é bem verdade, nobre Deputado. Ela ficou sob controle estrangeiro depois da privatização. O capital estrangeiro tem 60,8% das ações preferenciais, que não dão direito a voto, mas dão preferência na distribuição de dividendos, de lucro, de capital. As ações ordinárias, que totalizam 3,9%, estão pulverizadas, sem que se saiba quem são seus verdadeiros donos. Quase um terço das ações, 28,3%, está nas mãos do capital estrangeiro. Somente a Mitsui, multinacional estado-unidense, tem 15% do capital votante.

Então o nosso patrimônio foi entregue gratuitamente e hoje está sendo usufruído pelo capital estrangeiro. Por esse motivo, é fundamental a participação do povo mineiro, e V. Exa. está de parabéns por levantar, dessa tribuna, tema tão importante.

O Deputado Padre João* - Obrigado, Deputado Carlin Moura.

É muito importante lembrar que a sociedade brasileira se mobilizou na época, em 1997, quando o governo FHC, do PSDB, realizou a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Lamentavelmente, os movimentos sociais não foram suficientes para impedir o leilão e a Vale foi entregue por pouco mais do que nada, comparado ao seu verdadeiro valor e ao seu potencial estratégico para o País, conforme destacado pelo Deputado Carlin Moura.

A própria CNBB se manifestou, destacando as irregularidades e manifestando a necessidade de revisão daquela negociação, como uma exigência ética, mas, infelizmente, não conseguimos reverter a referida privatização.

Em recente audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, sobre o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, o Deputado Délio Malheiros, exaltando as montanhas mineiras, lembrou uma frase de Tancredo Neves, que dizia que ninguém nivelaria as montanhas de Minas, e lamentou que isso esteja acontecendo em nosso Estado. Ele disse que a Companhia Vale do Rio Doce está fazendo justamente isso, ou seja, nivelando nossas serras. Sua denúncia é muito verdadeira, haja vista a paisagem nas cercanias da Capital. O belo horizonte já não está tão belo quanto antes. Basta andar por Ouro Preto, Santa Bárbara e Barão de Cocais para vermos as montanhas desfazendo-se por tubos que levam o produto ao porto e, do porto, para outro continente, sem agregar valor nenhum, pois é minério bruto, e ainda com privilégios em relação aos impostos.

Na legislatura passada, acompanhamos, por exemplo, o crime ambiental no Município de Belo Vale, onde a companhia derrubou matas de preservação permanente e destruiu três nascentes importantes, para aumentar o depósito de estéril.

Ainda lembrando a frase de Tancredo Neves, podemos dizer que é lamentável que esse nivelamento de nossas serras, por meio da destruição ambiental e da exploração de nossas riquezas, com lucros exorbitantes para o capital privado, tenha a conivência do neto de Tancredo Neves, que hoje governa o Estado, e de seus apoiadores. Talvez essa seja uma das explicações do motivo pelo qual algumas empresas investem tanto em candidatos a cargos políticos.

Deputado Carlin Moura, o outro fato que gostaria de abordar diz respeito ao ocorrido no dia 22 de agosto, mediante a participação de V. Exa., embora mais no período da noite, fato esse que foi pouco divulgado e, mesmo assim, de forma deturpada, como tem sido a prática de parte da mídia mineira. Estou-me referindo ao ato praticado por estudantes e membros de movimentos sociais, que fizeram uma manifestação pacífica de ocupação do escritório da Companhia Vale do Rio Doce em Belo Horizonte, como parte da jornada nacional de lutas pela educação, para chamar a atenção e divulgar a campanha pela anulação do leilão da Vale, por meio de um plebiscito popular. Sobre esse fato, li alguns itens de nota de repúdio. Aliás, eu mesmo participei dessa manifestação, quando fui barrado pela polícia, apenas por acompanhar a negociação de desocupação. A polícia não permitiu a nossa entrada, porque sabemos e conhecemos sua truculência; a polícia algemou mais de 120 manifestantes, entre eles mais de 40 menores, que saíram de lá algemados. Muitos desses menores permaneceram presos até a noite do dia seguinte, de forma arbitrária. Ou seja, eles passaram a noite presos e também todo o dia seguinte, só sendo libertados à noite.

Temos aqui várias notas de repúdio à posição da polícia, que, conforme disse o Deputado Durval Ângelo, agora tem um membro ocupando um cargo de extrema confiança na Companhia Vale do Rio Doce. Por aí vemos como os favoritismos estão atrelados à conivência do Estado.

Encerro fazendo esse apelo. Não houve tempo para concluir o pronunciamento, mas faço esse apelo a toda a sociedade brasileira, especialmente à comunidade mineira, para que participe do plebiscito amanhã, dizendo "não". A Vale deve ser nossa e do povo brasileiro. É um escândalo e uma passividade nossa absurda. Nem há 300 anos, quando o ouro saía daqui, a situação era a mesma, pois ficava muito ouro nas igrejas. Hoje, não. O minério sai bruto, matéria-prima, sem agregar valor nem gerar emprego. Falam que a mineração gera muito emprego, mas só se for na China. Aqui não é gerado emprego, porque ou o minério bruto vai para o trem ou para os tubos. E não é apenas minério de ferro, embora seja o que é pago. Sabemos que há ouro e outros minerais, sobretudo nos minerodutos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, senhoras e senhores, imprensa, povo de Minas Gerais, quero retomar o tema da saúde no País, especialmente em Minas Gerais, com um documento importante encaminhado ao Ministro pelo Secretário Marcus Pestana.

Antes, porém, comunico que recebemos ofício da Associação do Sindicato dos Produtores Rurais do Norte de Minas - Aspronorte -, com o seguinte teor: "Sr. Deputado, como é do conhecimento de V. Exa., atualmente o Instituto Estadual de Florestas - IEF - está exigindo o Inventário Florestal para solicitações de desmate para áreas acima de 9ha. Preocupado com essa situação que está dificultando a atividade do produtor rural, viemos solicitar de V. Exa. a interferência junto a esse órgão para restabelecer a exigência de Inventário Florestal em solicitações acima de 100ha, como era anteriormente. Certos da atenção e solidariedade de V. Exa. para com o assunto, desde já agradecemos e aguardamos pronunciamento". Assinam os Srs. Júlio Gonçalves Pereira, Presidente da Aspronorte; Alexandre Antônio de Miranda Vianna, Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros; João Gustavo Rebello de Paula, Presidente da Associação dos Criadores de Gado de Corte do Norte de Minas - ACGC -; Fábio Lafetá Rebello Filho, Presidente da Associação dos Criadores de Gado de Leite do Norte de Minas; Marcos Antônio de Almeida Maia, Presidente da Sociedade Norte Mineira de Médicos-Veterinários e Zootecnistas; Maria Idalina de Almeida Souza, Presidente da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Norte de Minas; Orlando Frota Machado Damásio Pinto, Presidente da

Associação dos Irrigantes do Norte de Minas - Adinorte -; Lúcio Tolentino Amaral, Presidente da Cooperativa Regional Agropecuária de Montes Claros - Coopagro -; Carlos Genuíno de Quadros Figueiredo, Gerente Financeiro da Cooperativa de Crédito do Norte de Minas Ltda. - Credinor -; Dirceu Colares de Araújo Moreira, Presidente da Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas e Sudoeste da Bahia - Abanorte -; Alexandre Pires Ramos, Presidente da Fundação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Agropecuária Norte Mineira - Fundetec -; George Fernando Lucílio de Britto, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônimos do Norte de Minas - Agro-NM -; Dario Colares de Araújo Moreira, Presidente da Associação dos Criadores do Cavalão Mangalarga Marchador; e Rodolpho Velloso Rebello, Diretor Comercial da Cooperativa dos Produtores Rurais da Banana Prata de Minas.

Fiz questão de ler esse ofício porque temos debatido nesta tribuna, durante muitos anos, algumas ações de parte de entidades ligadas aos meios ambientais e ao IEF, que têm atrapalhado e bagunçado a economia norte-mineira. O pior de tudo é que fazemos o pronunciamento, marcamos as audiências, mostramos a situação de calamidade pública que está acontecendo, mas eles são absolutamente insensíveis e não escutam. Baixam deliberações normativas, proibindo desmate, ampliando a mata seca e querendo fazer distribuição de outorga de poços artesianos que abastecem comunidades rurais - água para o povo beber.

Agora vêm com mais essa punhalada nas costas do produtor norte-mineiro. Aqui está um documento de todas as entidades sérias, compostas de pessoas sérias, que lutam pela sobrevivência - a agropecuária norte-mineira está em situação de calamidade, de falência, mas não escutam, não se dispõem a conversar; são aqueles tecnocratas que se sentam em seus escritórios, não conhecem a realidade e dificultam a liberação de licenças ambientais e de instalação de pequenas barragens. São tecnocratas que não conhecem o Norte de Minas e agora vêm inventar mais essa para dificultar que as pessoas plantem na região Norte mineira.

Tenho dito que estamos pagando uma conta ambiental que não é nossa. O Norte de Minas é hoje a única região do Estado em que ainda se vê a preservação de matas nativas. No Triângulo Mineiro, anda-se por quilômetros e quilômetros, milhares e milhares de hectares, e só se vêem monoculturas: da cana, do trigo, etc.; não se vê ali preservação alguma, como não se vê no Sul de Minas. Já no Norte de Minas, ainda preservamos o pouco que nos resta, ainda zelamos pelo meio ambiente. Mas algo diferente são as áreas destinadas ao plantio, para que o povo possa sobreviver, plantar, vender e comer. E agora chega mais esse ofício baixado pelo IEF.

Não nos resta alternativa, Presidente, a não ser promover um debate maior. Temos de debater o assunto. Temos de nos sentar nessas cadeiras, que, neste momento, estão vazias por hoje ser um dia que precede um feriado, e colocar as autoridades e os Deputados para ouvir os produtores norte-mineiros, as pessoas que produzem a riqueza deste país. Tenho certeza de que ao Governador Aécio Neves passa despercebido em grande parte o que acontece nesses órgãos, que não devem sequer informar S. Exa., o Governador, do que estão fazendo. Fica, então, a nossa palavra de repúdio a essa invenções, a essas novidades de pessoas que não têm o que fazer, que não conhecem a região e que querem atrapalhar cada vez mais os nossos produtores.

Queria também, Presidente, informar-lhes de uma carta encaminhada, em junho, pelo Secretário de Saúde, companheiro Marcus Pestana, ao Ministro. Por meio desse ofício, de que tenho uma cópia em mão, o Secretário Marcus Pestana advertia o Ministro da Saúde, Sr. José Gomes Temporão, sobre os problemas de urgência e emergência, as dificuldades por que estão passando os Estados brasileiros, de maneira especial o Estado de Minas Gerais. Em rápidas palavras, Presidente, o Secretário enumera quatro itens, pelos quais chama a atenção do Ministério da Saúde para problemas que certamente ocorreriam, como já estão ocorrendo, aqui, em Minas Gerais.

No primeiro item, o Secretário solicita a aplicação dos recursos previstos pelo Orçamento Geral da União para o Estado de Minas Gerais no valor de R\$1.924.000,00, para permitir a atualização da população-base para a Programação Pactuada Integrada de 2004 para 2006.

E estamos vendo o caos que está instalado. Estamos vendo que a maioria das regiões dos hospitais que servem para o atendimento regional já não conseguem mais fazer esse atendimento. A coisa está pipocando no Nordeste brasileiro: em Alagoas, Pernambuco e Ceará. Não é possível: eles não reajustam a tabela do SUS. Parece que o Sr. Ministro faz ouvidos de mercados: não escuta.

Parece que não conhece, não compreende a questão, não tem conhecimento do sério problema de urgência e emergência que acontece no País.

Em junho, o Secretário Marcus Pestana advertia isso. No segundo item, ele pede "apoio por parte do Ministério ao plano de organização da rede de urgência e emergência na Macrorregião Norte do Estado de Minas Gerais, por meio da alocação de recursos para custeio e investimentos da ordem de R\$80.000.000,00".

Hoje, no Norte de Minas, alguns hospitais já chegaram ao limite máximo de atendimento, já não conseguem mais recursos para fazer face ao setor de urgência e emergência. Como exemplo, cito a Santa Casa de Montes Claros, bem como hospitais de outras microrregiões que também já não conseguem atender a região norte-mineira, onde o caos está instalado.

O Secretário pede para, por meio desses recursos, ser instalada a regionalização do Serviço de Atendimento de Urgência - Samu - na regional, para estender isso a outras regiões.

Ontem eu disse que a Comissão de Saúde está absolutamente integrada a esse programa. Ouviremos técnicos da Espanha e de Portugal, onde foram instalados e funcionam atendimentos de urgência e emergência regionais que são referências para todo o mundo. Queremos instalar esse atendimento aqui, em Minas Gerais, a partir do Norte de Minas.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, é o apoio à Fundação Ezequiel Dias - Funed -, tendo em vista a produção de medicamentos, uma vez que nem ela nem tampouco a população conseguem comprar remédios.

O quarto item tem em vista a implantação do Centro de Tecidos Biológicos, vinculado à Fundação Hemominas, no valor de R\$5.000.000,00.

Se isso não acontecer o mais urgentemente possível, certamente vamos assistir, em Minas Gerais, a uma rebelião - vamos dizer assim -, como a que está acontecendo no Nordeste brasileiro.

Tenho medo de que venha acontecer isso no Sudeste: Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Portanto é necessário que o Ministro conheça um pouco mais do que está acontecendo no País, que lute pela CPMF, e não fique simplesmente dizendo que parte da referida contribuição, ou seja, 0,16%, é destinada à saúde - está liberando 0,22% para o governo federal fazer seu superávit primário. Então é necessário que haja uma tomada de posição.

Há um mês, estou alertando as pessoas para essa questão. Se isso acontecer, se essa rebelião chegar ao Sudeste brasileiro e a Minas Gerais, tenham certeza de que assistiremos à instalação do caos da saúde pública em nossa região.

Quanto a esse documento entregue pelo Secretário Marcus Pestana, em junho, ao Ministro Temporão, queremos entregá-lo para que faça parte dos anais desta Casa, a fim de que fique registrada, mais uma vez, essa advertência, para que o Ministro olhe com bons olhos, procure conhecer mais a saúde pública brasileira e busque atender a essa reivindicação do Estado de Minas Gerais. Este Estado, aliás, é modelo, pois possui bons programas, bom planejamento e, se ouvido, certamente dará uma lição, uma verdadeira aula de administração pública da saúde. Ou seja, poderá demonstrar como se faz isso, apesar de dispor de poucos recursos. Se vierem mais recursos do governo federal, se vier a promulgação, a regulamentação da Emenda nº 29, se isso vier a acontecer, certamente poderemos melhorar, diminuir a expectativa desse caos, para que, em Minas Gerais, não vejamos os hospitais em greve e os médicos se rebelando. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, o assunto que nos traz aqui, Sr. Presidente, é uma notícia boa para todos os mineiros. Trata-se de algo que naturalmente reforça o nosso orgulho, como mineiros que somos, no que tange aquilo que construímos ao longo da sua história. Refiro-me a algo muito especial, que remonta aos tempos de Juscelino Kubitschek, quando ele tomou a iniciativa de criar a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. Essa empresa, hoje presente na vida de praticamente todos os mineiros, tem, ao longo do tempo, demonstrado a importância da iniciativa, da competência visionária do grande estadista Juscelino Kubitschek.

Quis o destino que outro grande estadista, o Governador Aécio Neves, que hoje, com certeza, é motivo de orgulho para todos nós, mineiros, e apresenta-se como uma das grandes reservas do nosso país - quando digo reserva é porque certamente muito ainda tem a oferecer não só a Minas, mas ao Brasil...

O Sr. Presidente - Deputado Domingos Sávio, permita-me interrompê-lo para comunicar a presença, em Plenário, do ilustre Deputado Federal Vítor Penido.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço a interrupção, Presidente. De fato, muito nos honra a presença do grande municipalista, sempre Prefeito de Nova Lima, com quem tive a honra de conviver quando fui Prefeito de Divinópolis e conhecer de perto a sua garra e a sua dedicação ao municipalismo. Hoje ele preside a Frente Nacional de Defesa do Municipalismo. Quero, de público, prezado amigo Deputado Vítor Penido, parabenizá-lo pelo belo trabalho em defesa de um novo pacto federativo, de um fortalecimento do Município e de tudo aquilo que sempre cobramos quando somos Prefeitos. Sentimos a necessidade de termos, em Brasília, elementos que, com sua garra e competência, mantivessem essa coerência na hora de estar sentados numa das cadeiras do Congresso Nacional. É uma honra para a Assembléia mineira tê-lo conosco.

Eu estava me referindo, prezado Deputado Vítor Penido e demais colegas, ao orgulho que temos, ao ver a Cemig, empresa genuinamente mineira, a cada dia mais sendo reconhecida, no Brasil e fora dele, como uma das melhores empresas em sua área.

O prêmio que a Cemig recebe agora despertou em mim o interesse de compartilhar com os demais colegas tal informação. Trata-se daquilo que há de mais precioso dentro do serviço público - eu diria, em todas as atividades humanas -, que são seus recursos humanos, seus funcionários, a relação que mantém com os que trabalham lá, no dia-a-dia.

Farei a leitura de um texto, de uma informação que recebi. (- Lê:)

"A Cemig acaba de conquistar mais dois importantes prêmios de repercussão nacional, mostrando a amplitude da atuação dessa empresa que é orgulho de todos os mineiros. No próximo dia 12, em São Paulo, a Cemig receberá o prêmio por ter sido incluída na lista das 150 melhores empresas para se trabalhar, uma tradicional iniciativa das revistas "Você" e "Exame", do Grupo Abril Cultural." São revistas de repercussão nacional e de grande credibilidade, que promovem essa pesquisa junto aos trabalhadores de grandes, de pequenas e de médias empresas. (- Lê:)

"Nesta edição do Prêmio As 150 Melhores Empresas para se Trabalhar da revista "Você", foi criada uma categoria especial formada pelas maiores empresas do País que participaram dessa pesquisa. Nessa categoria, entraram as empresas com mais de 9 mil empregados, e a Cemig foi indicada a melhor."

A pesquisa é feita por vários segmentos - pequenas, médias e grandes empresas. Num segmento em que se incorporam as maiores empresas do Brasil, empresas públicas e empresas privadas, a Cemig se distinguiu como a primeira, a melhor. O bom é que quem são ouvidos são seus servidores, os funcionários dela e os de outras empresas com uma série de indicadores que mostram a qualidade do tratamento que essa empresa dá aos seus trabalhadores, uma pesquisa feita de uma maneira imparcial. (- Lê:)

"Trata-se de um reconhecimento dos empregados da empresa ao esforço de sua direção de, ao mesmo tempo, criar condições para que a Cemig possa crescer, mas sempre procurando melhorar seu quadro de pessoal.

É um reconhecimento dos empregados ao esforço de permitir remuneração condizente, condições de trabalho favoráveis, treinamento e segurança para o seu pessoal.

Veja que a Cemig nessa categoria concorreu com os maiores grupos empresariais do País, privados ou estatais, e conseguiu, pelas notas dadas pelos seus empregados, a melhor posição entre as maiores."

As conquistas da nossa Cemig não param por aí. Relato outra premiação, agora aos 55 anos da nossa Cemig. Em recente pesquisa divulgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, órgão ligado à estrutura do governo federal, do Presidente Lula, a Aneel, que procura, por métodos científicos, ouvir a população de todo o País para conhecer e avaliar os serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica. Aliás, esse é um papel obrigatório previsto nas atividades da Aneel: ouvir a população e saber qual é sua avaliação das diversas empresas que fornecem energia elétrica. A Cemig está predominantemente no Sudeste - em Minas Gerais, alcançando algumas outras áreas. Para nossa alegria, a Cemig foi eleita a melhor empresa de energia elétrica de todo o Sudeste, a região com maior número de concessionárias. (- Lê:)

"Nesse caso, portanto, o reconhecimento vem do consumidor, da população, da comunidade, que reconhece o papel da Cemig na vida de cada um de nós. A Cemig tem, hoje, 6.500.000 consumidores, o que representa atender a 18 milhões de pessoas em 774 Municípios de Minas Gerais."

É importante dizer isso, porque é um patrimônio do povo mineiro, criado por Juscelino Kubitschek há 55 anos. A Cemig vivia um momento difícil. Mas, antes de fazer essa abordagem do momento contemporâneo, nós, que convivemos com o Governador Aécio Neves, concedemos, com prazer, aparte ao nobre Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) - Para me reunir a V. Exa. num momento tão importante para essa empresa de todos os mineiros, a Cemig, e falar do reconhecimento de toda a população de Minas Gerais por tudo que a Cemig tem representado, mormente o papel de empresa de responsabilidade social. Conhecemos o grande trabalho da Cemig referentemente à iluminação dos campos de futebol pelo Estado de Minas Gerais. São mais de 500 campos iluminados por meio deste grande programa do governo Aécio Neves, o Campos de Luz, que vem unindo as

comunidades carentes que muitas vezes só tem aquele campo para, durante o dia, ter o seu lazer e seu esporte. Agora, também há o período noturno, por essa atuação tão firme da Cemig. Queria lembrar também que os funcionários dessa empresa se unem para contribuir para o Fundo da Infância e da Adolescência.

Essa é a marca dessa empresa de todos os mineiros, e agora V. Exa. traz a todos este momento tão importante da vida da empresa, reconhecida nacional e internacionalmente, pelos seus feitos, sua qualidade técnica e sua responsabilidade social. Parece-me que mais de 2 milhões dos consumidores pagam a tarifa social da Cemig, assim como é cobrada a tarifa social para o próprio Campos de Luz. V. Exa. faz muito bem em registrar, da tribuna, a premiação dessa empresa de todos os mineiros. Ela é merecedora. Parabéns, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Sou eu quem lhe agradece, nobre Deputado João Leite, lembrando que o programa Campos de Luz teve a participação fundamental de V. Exa., o que, na sua modéstia, não destacou nesse aparte que tive a honra de receber. Quando Secretário de Desenvolvimento Social e Esporte, na Sedese, hoje reformulada e reestruturada, no mandato passado, lembro-me bem da contribuição de V. Exa., obviamente seguindo as orientações do Governador Aécio Neves na implantação desse programa vitorioso, que traz esporte, confraternização e segurança, principalmente para as populações periféricas e do interior do Estado de Minas Gerais.

Deputado João Leite, concluo esta parte do meu pronunciamento destacando que essa conquista, em primeiro lugar, é dos trabalhadores da Cemig, dos milhares de funcionários, o que também reflete um tempo muito positivo de gestão pública correta, séria e competente. É fácil constatar isso. A Cemig não apenas mudou da água para o vinho no seu desempenho, mas, conseqüentemente, levou mais benefício. É a empresa número um, a primeira em volume de atendimento de ligações no programa Luz para Todos e a que mais contribui. Em Minas Gerais não há esse negócio de ligar o Luz para Todos só para quem está perto; quem está longe, lá nos sertões de Minas Gerais, também está recebendo o programa.

Esperamos que o governo federal assine um novo convênio. A Cemig e o governo de Minas pagam a maior parte do custo do programa, que já levou energia elétrica a mais de 180 mil pequenas propriedades rurais em toda Minas Gerais. O convênio inicial era para 105 mil, já levou a mais de 180 mil e continuará, porque essa foi a decisão do Governador Aécio Neves.

A Cemig, além de fazer mais, investir, levar energia elétrica sem cobrar nada ao pequeno produtor, à família que estava abandonada quanto a esse tipo de benefício, consegue, por eficiência dos seus funcionários e da sua direção, ser premiada nacionalmente, pelo reconhecimento do funcionário, pelo consumidor, que respondeu à Aneel, e pelos investidores internacionais, porque parte das ações estiveram no mercado e se valorizaram durante o período do governo Aécio Neves. A maior parte do capital é do povo mineiro, o que significa que o patrimônio do povo mineiro passou a valer mais. O valor das ações da Cemig triplicou, num período em que a inflação não chegou a dois dígitos, relativamente em pouco tempo, sendo considerado, na Bolsa de Nova York, um dos títulos mais sérios do mercado brasileiro, reconhecido internacionalmente.

A diretoria da Cemig tem mostrado sua seriedade, seu profissionalismo, sua competência, tratando o dinheiro do povo mineiro com responsabilidade e fazendo com que ele gere benefício para o funcionário, para o cidadão, que recebe um serviço de boa qualidade, e para seus acionistas - o próprio povo mineiro é o acionista majoritário da Cemig.

Concluindo, o tempo só me permitiu falar sobre a Cemig, e fiz questão de falar. Claro que temos problemas e que desejamos trabalhar para, com essa eficiência e com a Cemig trabalhando com mais competência, conseguirmos abaixar o custo da conta de luz. Quero isso.

Escutei aqui, por mais de uma vez, palavras agressivas à Cemig e à sua atual gestão, e, às vezes, não é possível rebater essas palavras na mesma hora.

Hoje o Deputado Padre João - perdoe-me dizer isso em razão da sua ausência - fez referências à Companhia Vale do Rio Doce, entre as quais algumas me pareceram sem o menor propósito. Essa é uma companhia brasileira privatizada de forma correta. Olha, está aí o governo do PT... Como católico que sou, acho curioso a Igreja dizer que fará um plebiscito e o Deputado do PT vir aqui dizer que as pessoas precisam fazê-lo e assinar um abaixo-assinado para anular o leilão. Qual é a atitude do governo do Lula em relação a isso? É preciso haver coerência. Ficam querendo incitar. Incitam jovens de menor idade a invadir o estabelecimento; depois, citou no pronunciamento que a polícia mineira é truculenta. Ora, a polícia mineira, então, ficará assistindo alguém invadir uma propriedade? Quebraram vidros e computadores da Cemig; aliás, o Deputado Padre João estava acompanhando a manifestação. Isso está virando uma mania. Quer dizer, o sujeito invade e quebra o patrimônio e é um coitadinho? Depois dizem que o local estava lotado de menores, crianças. Quem está usando criança? Queria ter perguntado ao Deputado Padre João: quem está usando criança para invadir a Vale do Rio Doce? São todos "santos" e deveriam "estar rezando" com o Padre João no momento em que foram presos. Foram "fazer uma oração" dentro da Companhia Vale do Rio Doce, Deputado João Leite.

Sr. Presidente, numa outra oportunidade quero debater isso aqui com ele. É terrível nós, brasileiros, ficarmos falando mal de quem emprega e trabalha no Brasil; aliás, falando sem aprofundar no debate. Olha, se há algo de errado com a Companhia Vale do Rio Doce, devemos discutir com responsabilidade e corrigir o erro. Agora, vamos querer condenar a uma condição de criminosa uma empresa brasileira que passou a empregar muito mais e a gerar lucro e impostos para o Brasil, sem apontar com clareza o motivo? Quero debater sobre isso com clareza - não hoje, porque o meu tempo já se esgotou. Estou achando que há algo de tenebroso por trás disso, algum interesse que não está muito bem explicitado. Para mim, está muito claro: precisamos de empresa brasileira e que tenha capital externo. A Petrobras não é uma empresa brasileira que aplica e participa atuando em outros países? Está errado? Quer dizer que os outros países devem expulsar a Petrobras de lá? Deputado João Leite, será que, se algum capital externo vier aplicar no Brasil, teremos de expulsá-lo? É isso que pensa o governo do Lula? Não é isso que tenho visto o Ministro Guido Mantega dizer nem o Presidente Lula quando faz visitas ao exterior.

Concluindo, Sr. Presidente, hoje procurei destacar que, às vezes, muitos discursos agressivos aqui contra a nossa Cemig não mostram esse lado: de uma empresa de todos os mineiros, premiada internacionalmente, dentro e fora de Minas Gerais, até pelos funcionários.

Num outro momento quero debater sobre a Companhia Vale do Rio Doce e outras empresas. O que estiver errado apresentaremos de maneira específica as críticas para corrigi-lo. Todavia, é surpreendente isso de atacar a imagem de uma empresa como um todo sem clareza nas ponderações e dizer depois que a polícia é truculenta porque prendeu quem estava invadindo e depredando o patrimônio.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Exa. e dizer que, numa outra oportunidade, concluirei esse raciocínio. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/9/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Eros Biondini

nomeando Erivalda Leocadia Suzuki para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gil Pereira

exonerando Melissa Marques Ribeiro do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ruy Muniz

exonerando Andréa Aparecida da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Dilene Gasparino Mattos Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Miriam Davite Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Andréa Aparecida da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Dilene Gasparino Mattos Araújo para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Miriam Davite Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Erivalda Leocadia Suzuki do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando João Biondini Júnior para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 26/9/2007, às 10h30min, Pregão Eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de empresa jornalística de grande circulação estadual, diária, para publicações de avisos de licitação.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 1º/10/2007, às 10 horas, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de veículos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 4/10/2007, às 14h30min, Pregão Presencial, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para proceder reformas em "lay outs".

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 27/9/2007, às 14h30min, Pregão Presencial, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de forro removível em placas de gesso.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2007

LEILÃO Nº 3/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude da alteração do lance mínimo do leilão em epígrafe, que tem como objeto a alienação de materiais provenientes de desmontagem do sistema de ar condicionado central do Palácio da Inconfidência, a Sessão Pública fica adiada para as 14h30min do dia 2/10/2007.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2007

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 9/10/2007, às 14h30min, Tomada de Preços, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para a execução de reforma de esquadrias.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.